



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Sheila Silva da Costa Fernandes

**Análise de conflitos socioambientais no Parque Natural Municipal
da Taquara – Duque de Caxias, RJ: subsídios à gestão participativa**

Rio de Janeiro

2018

Sheila Silva da Costa Fernandes

Análise de conflitos socioambientais no Parque Natural Municipal da Taquara – Duque de Caxias, RJ: subsídios à gestão participativa

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico. Geografia, Cultura e Natureza.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nadja Maria Castilho da Costa

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

F363 Fernandes, Sheila Silva da Costa.
 Análise de conflitos socioambientais no Parque Natural Municipal da Taquara – Duque de Caxias, RJ: subsídios à gestão participativa / Sheila Silva da Costa Fernandes. – 2018.
 107 f. : il.

 Orientador: Nadja Maria Castilho da Costa.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

 1. Geografia Humana – Parque Natural Municipal da Taquara (RJ) – Teses. 2. Meio ambiente – Conflitos sociais – Parque Natural Municipal da Taquara (RJ) – Teses. 3. Administração – Participação Popular – Teses. 4. Territórios – Duque de Caxias (RJ) – Teses. 5. Unidades de Conservação – Teses. I. Costa, Nadja Maria Castilho da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 911.3(815.3)

Bibliotecária responsável: Fernanda Lobo / CRB-7: 5265

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sheila Silva da Costa Fernandes

**Análise de conflitos socioambientais no Parque Natural Municipal da Taquara –
Duque de Caxias, RJ: subsídios à gestão participativa**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área
de concentração: Gestão e Estruturação do
Espaço Geográfico. Geografia, Cultura e
Natureza

Aprovada em 04 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Nadja Maria Castilho da Costa (Orientadora)
Instituto de Geografia - UERJ

Prof.^a Dr.^a Simone Fadel
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof.^a Dr.^a Katia Regina Góes Souza
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Eu sou muito grata por chegar ao fim de mais uma jornada em minha vida, em especial a essa conquista que para mim tem um sabor especial, pois a algum tempo tive que desistir deste sonho, mas havia em mim uma grande inquietude que ardia como brasa em meu peito, que pairava os meus pensamentos e me impulsionava a regressar, então não resisti e voltei.

Eu não tenho como mensurar o que sinto, pois é uma alegria incomensurável. Sou feliz por subir mais um degrau na minha caminhada. Sou grata ao meu Deus, sou grata, pois sem Ele eu nada seria e nada conseguiria em minha vida.

Sou grata aos meus pais, Miriam e Sebastião que sempre me apoiaram, que sempre acreditaram em mim. Sou grata a minha irmã Joice que também sempre me incentivou. Sou grata a minha querida avó Isaura, que sente um grande orgulho de mim, que me ensinou o valor do conhecimento, do saber, de estudar. Sou muito grata ao meu marido, Juarez, que é meu companheiro, parceiro, amigo, que me deu todo apoio necessário para regressar ao mestrado, me acompanhou em todas as reuniões, visitas, trabalhos de campo que foram necessárias para esta dissertação. Amo vocês de coração, sem vocês eu não conseguiria.

Agradeço aos moradores e sitiantes do Parque Natural Municipal da Taquara que contribuíram muito para a realização deste trabalho. Agradeço à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias, em especial ao setor de Biodiversidade que disponibilizou materiais e documentos para a viabilização desta dissertação.

Não poderia deixar de agradecer aos meus professores que são brilhantes e que foram incríveis em um momento tão delicado na vida da UERJ. Sou grata em especial a minha orientadora, a Professora Dr.^a Nadja Maria Castilho da Costa que é uma profissional admirável, que vai muito além da sala de aula, que é uma inspiração para a minha vida. Eu não tenho como agradecer por tudo, não mesmo. Também não posso deixar de agradecer à Professora Dr.^a Vivian Castilho da Costa por seus ensinamentos e incentivos. Vocês deixaram em mim marcas que jamais poderão ser apagadas. Agradeço à equipe administrativa do PPGEIO que sempre esteve disposta a ajudar aos discentes. Essa equipe é guerreira.

Sou grata pela disponibilidade e contribuições valiosas das professoras que compuseram a banca, Professora Dr.^a Katia Góes e Professora Dr.^a Simone Fadel, além da Professora Dr.^a Flavia Lopes, que aceitou ser suplente da banca.

Agradeço aos meus colegas do mestrado que são maravilhosos, pois formamos um grupo que se ajudou e se apoiou muito: Ana Cristina Figueira, Aline Oliveira, Rosiane Bacigalupo, Pablo Jordão e Yasmim Ribeiro.

Para finalizar digo: A UERJ RESISTE! A UERJ É VIDA!

DEDICATÓRIA

Ao meu Deus dedico este trabalho, pois sem Ele, sem o seu amor, sem a sua presença eu jamais conseguiria

RESUMO

FERNANDES, Sheila Silva da Costa. *Análise dos conflitos socioambientais no Parque Natural Municipal da Taquara - Duque de Caxias, RJ: subsídios à gestão participativa*. 107 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Os conflitos socioambientais existem em muitas Unidades de Conservação do território brasileiro e, neste trabalho, o enfoque é dado aos conflitos socioambientais que ocorrem no Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT), localizado no município de Duque de Caxias, RJ. Os principais conflitos no PNMT são entre os moradores do Parque e a gestão e tem como causa maior, a questão fundiária não resolvida. Este trabalho traz a proposta de um modelo de gestão participativa para melhor gerir a situação conflituosa. Para tratar essas questões, fez-se necessário analisar inicialmente alguns conceitos, tais como: de áreas naturais protegidas e território. Posteriormente foi feito um resgate do contexto de criação do Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT), seus principais conflitos e a percepção sobre estes, por parte de diversos atores socioambientais envolvidos. Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se pela pesquisa-ação, que dá suporte no acompanhamento das ações, nas tomadas de decisões e na orientação das soluções sob forma de ação concreta e nos esclarecimentos em relação aos problemas observados. Como resultados de pesquisa constatou-se que os visitantes geram grande pressão ao PNMT, principalmente por meio da produção lixo, que os moradores estão em conflito com a administração do local em função da posse pela terra, os sitiantes do entorno, que necessitam utilizar a entrada do PNMT para terem acesso às suas propriedades também estão em conflitos com a administração e, que para gerir todas as problemáticas se faz necessário da adoção da gestão participativa de fato.

Palavras-chave: Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT). Unidades de Conservação (UCs). Conflitos Socioambientais. Gestão Participativa e Território.

ABSTRACT

FERNANDES, Sheila Silva da Costa. *Analysis of Socio-environmental Conflicts in Taquara Municipal Natural Park - Duque de Caxias, RJ: participative management grants*. 107 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Socioenvironmental conflicts exist in many Conservation Units in the Brazilian territory, and in this work the focus is given to the social and environmental conflicts that occur in the Taquara Municipal Natural Park (PNMT), located in the municipality of Duque de Caxias, RJ. The main conflicts in the PNMT are between the residents of the Park and the management and has as its main cause, the unresolved land issue. This paper proposes a participatory management model to better manage the situation. To address these issues, it was necessary to initially analyze some concepts, such as: of protected natural areas and territory. Subsequently, the context of the creation of the Taquara Municipal Natural Park (PNMT), its main conflicts and the perception of these, were made by various socio-environmental actors involved. For the development of this work we opted for action research, which provides support in the follow-up of actions, in decision-making and in the orientation of solutions in the form of concrete action and in the clarifications regarding the observed problems. As a result of the research, it was found that visitors generate great pressure on the PNMT, mainly through the production of garbage, that the residents are in conflict with the administration of the place due to the possession by the land, the besiegers of the surroundings, who need to use the entrance of the PNMT to have access to their properties are also in conflicts with the administration and that to manage all the problematic it is necessary of the adoption of the participative management of fact.

Keywords: Taquara Municipal Natural Park (PNMT). Conservation Units (CUs).

Socio-environmental. Participative Management conflicts and Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Benefícios biológicos, ambientais, econômicos e culturais que justificam a sua criação e manutenção das Unidades de Conservação.....	19
Figura 1 –	Mapa de localização do Parque Natural Municipal da Taquara.....	24
Figura 2 –	Apresentação dos trechos de replantio do Corredor Ecológico Nordeste de Duque de Caxias.....	31
Figura 3 –	Mosaico Central Fluminense e as UCs que o compõem.....	33
Figura 4 –	Logotipo do PNMT.....	36
Figura 5 –	Mural da Oficina Participativa (pontos fortes, oportunidades e forças ofensivas).....	41
Figura 6 –	Mural da oficina participativa (os atores).....	41
Figura 7 –	Construção de mapa de atores.....	42
Figura 8 –	Representação do caráter cíclico da pesquisa-ação.....	44
Quadro 2 –	Cronologia dos eventos mais significativos para a conservação e/ou preservação do meio ambiente.....	56
Quadro 3 –	Síntese do Decreto nº 4.340 de 22/8/2002, capítulo V.....	66
Figura 9 –	Sociograma dos principais atores do PNMT.....	78
Figura 10 –	Uma das casas tombadas (oficiais do INCRA).....	80
Figura 11–	Vista lateral da casa junto à árvore.....	80
Figura 12 –	Área da sede do PNMT interditada.....	82
Figura 13 –	Parte interna do banheiro sujo e mal conservado.....	82
Figura 14 –	Parte externa do banheiro sem porta e com pichações.....	82

Figura 15 –	Placa de orientação.....	83
Figura 16 –	Caminho.....	83
Figura 17 –	Perímetro atual do PNMT.....	85
Figura 18 –	Proposta de ampliação do PNMT.....	85
Figura 19 –	Placa do projeto Viveiros Escola, ligado ao Fábrica de Florestas.....	86
Figura 20 –	Estufa do viveiro.....	86
Figura 21 –	Quadro com informações sobre o projeto Fábrica de Florestas ..	87
Figura 22 –	Sede o IEST.....	91
Figura 23 –	Vista parcial da propriedade	91
Figura 24 –	Produtos produzidos no IEST que estão à venda.....	91
Figura 25 –	Cozinha.....	91
Figura 26 –	Articulação entre problemas, meio e finalidades.....	95

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	JUSTIFICATIVA	18
2	OBJETIVOS	22
2.1	Objetivos geral.....	22
2.2	Objetivos específicos.....	22
3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	23
3.1	O Parque Natural Municipal da Taquara PNMT.....	23
3.2	Histórico da formação da atual área do PNMT.....	25
3.3	PNMT: da sua criação aos dias atuais.....	26
3.4	Aspectos físicos-bióticos gerais.....	32
3.4.1	Hidrografia.....	34
3.4.2	Flora e fauna.....	35
3.5	Infraestrutura e Adversidades no PNMT.....	37
4	METODOLOGIA	40
4.1	Contratempos da Pesquisa	45
5	EMBASAMENTO TEÓRICO-CONCEITUAL	47
5.1	A criação das Áreas Naturais Protegidas no contexto internacional.....	47
5.1.1	Parques Naturais: um modelo de exportação.....	53
5.1.2	A legislação e as Unidades de Conservação no Brasil.....	59
5.2	Gestão Participativa.....	62
5.3	Confrontos e conflitos pelo território em Áreas Protegidas.....	69
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	77
6.1	Moradores.....	79
6.1.2	O Poder Público.....	84
6.1.3	Emater-Rio.....	88
6.1.4	Os Religiosos.....	90
6.1.5	Comerciantes.....	92
6.2	Proposições de Mediadas de Mendigação de Conflitos e de Educação Ambiental.....	92
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	99

APÊNDICE A - Questionário aos moradores/sitiantes.....	102
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aos conselheiros.....	103
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista aos funcionários do PNMT.....	104
APÊNDICE D - roteiro de entrevista à gestão.....	105
APÊNDICE E: roteiro de entrevista aos religiosos: IEST (Instituto de Saúde e Educação da Taquara) – Igreja Adventista	107

INTRODUÇÃO

Atualmente, há diversos questionamentos acerca dos modos de ocupação da sociedade, assim como os problemas relacionados às questões ambientais, que podem ser considerados problemas socioambientais. A sociedade, seja ela local ou inserida no processo do mundo globalizado sofre com questões dessa ordem e os problemas fazem com que as populações sejam vulneráveis e/ou susceptíveis à riscos variados, como os ligados a fragilidade dos ecossistemas, escorregamentos, deslizamentos, contaminação, poluição, entre outros; problemas que são muitos comuns em áreas urbanas, mas que também frequentemente ocorrem em áreas rurais e áreas naturais protegidas.

Os especialistas se debruçam em pesquisas e projetos que sejam capazes de mitigar, minimizar e resolver os problemas socioambientais. Para que sobrevenha uma proporcionalidade, um equilíbrio entre as questões ambientais e econômicas, faz-se necessário o ordenamento territorial, por meio do planejamento territorial e ambiental.

A problemática da questão ambiental obteve notoriedade no cenário mundial, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, fundamentado na imprescindibilidade da conservação e preservação dos ecossistemas, de tal modo que medidas legais passaram a ser corporificadas no cuidado da biodiversidade e para que os problemas decorrentes dos impactos ambientais sejam amenizados.

Segundo Floriano (2017), deve-se fazer uma avaliação crítica acerca do tipo de planejamento, seja ele urbano ou ambiental. O autor tem a seguinte posição: primeiro, que o planejamento seria mais produtivo se partisse diretamente do reconhecimento dos conflitos existentes e em segundo lugar, que para garantir a plena participação de todos os interesses envolvidos deve-se partir inicialmente no próprio planejamento e não somente pela gestão.

A gestão de Unidades de Conservação no Brasil, tende a se desenvolver em um jogo político entre atores sociais, muito comum nas diferentes esferas de poder. O que segundo Dutra (2008), principalmente quando ocorrem intervenções governamentais que possibilitam mudanças nos usos e na forma de utilização do território. São estes personagens um dos elementos essenciais para a compreensão

da realidade que através da sua historicidade contribuíram para modificar e reestruturar espacialmente o território vivido.

No tocante ao Brasil, a conjuntura das Unidades de Conservação da Natureza é um assunto bem delicado, pois em comparação com o território o número de áreas protegidas não é satisfatório e muitas das que existem não há estruturas adequadas, muitas não foram efetivamente implantadas, e outras são, como diz Diegues (1996), os chamados “Parques de Papel”, ou seja, que só existem como documento (papel), mas que na prática não cumprem o seu papel social e/ou ambiental, de fato.

Não obstante, a categoria Parque no Brasil, conforme estabelecido por lei, há a proibição de moradores no seu interior e caso, à época da sua criação, haja moradores, os mesmos devem ser indenizados e removidos, mas na prática isso não ocorre e, desse modo surgem uma série de conflitos envolvendo os moradores dos Parques e a sua administração, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Conforme Diegues (*op cit*), a permanência de populações humanas em áreas protegidas, resultou em um tema primordial em escala mundial e também no Brasil por duas razões fundamentais: a primeira corresponde a adoção, cada vez maior, de modelo dos Parques importado dos Estados Unidos, que exclui moradores, onde as populações locais e regionais tem limitados benefícios na maioria das atuais categorias de áreas protegidas. A segunda razão é a existência de conflitos sociais propiciados pelo modelo atual que coloca em xeque a noção da tipologia de relação entre população humana e a natureza.

O modelo de Parque exportado para o mundo é alicerçado em uma conjuntura histórico-social dos Estados Unidos, no período em que acontecia uma ocupação desenfreada em seu território e uma urbanização intensa no período de rápida expansão capitalista em meados do século XIX, em que o ser humano era considerado inerentemente destruidor da natureza, independentemente das formações sociais em que está incluído (Diegues, *op cit*).

É nesse cenário que foram estabelecidos os Parques, onde são enaltecidos como modelo de natureza selvagem, como ilhas distanciadas das cidades, e que sirvam como refúgios e áreas de apreciação, até mesmo reverenciados pelas populações que buscam reduto para o desgaste da vida caótica e conturbada das áreas urbanas. Ademais, existem diversos trabalhos, especialmente de antropólogos que demonstram que o caráter destrutivo da relação homem-natureza necessita do perfil e da racionalidade inerente às diversas formações sociais existentes

(Godelier, 1981). Em muitas sociedades, chamadas de tradicionais (sejam de caiçaras, quilombolas, extrativistas, entre outros), o homem não tem atitudes necessariamente destruidoras da natureza, principalmente no que tange a reprodução contínua dos recursos naturais renováveis para a sua sobrevivência. Segundo o modelo vigente em áreas protegidas, as comunidades humanas, acima de tudo as tradicionais, configuram um dos problemas e não parte integrante das soluções exequíveis.

No que está relacionado aos conflitos socioambientais, esses ocorrem em muitas áreas protegidas brasileiras e, desse modo muitos estudos geográficos ligados a essa temática surgiram para que análises dessas áreas criadas pelos poderes públicos federal, estadual e municipal pudessem ser verificados, visto que o sistema de Unidades de Conservação tem algumas fragilidades e requer mais pesquisas, considerações e investimentos relevantes. Isto posto, é nesse encadeamento que surgiu a necessidade de se trabalhar com o Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT), localizado no município de Duque de Caxias – RJ, considerando a sua importância ambiental, social.

No tocante aos conflitos socioambientais, esses são inerentes ao PNMT, uma vez que diversas áreas protegidas sofrem numerosos danos ambientais, em função do uso impróprio e da falta de fiscalização, bem como, por vezes, da insuficiência de ciência quanto aos riscos que envolvem cada uma. Assim sendo, a legislação ambiental vai de encontro com os grupos populacionais que ali residem, pois na delimitação das áreas a serem preservadas, nem sempre o posicionamento das comunidades envolvidas é considerado, o que acarreta conflitos com diversos desdobramentos, o que gera uma fragilidade e ocasiona impactos diretos na dinâmica social e ambiental local.

A área de estudo faz parte do bioma Mata Atlântica, que segundo Castro Junior *et al* (2009), “as florestas tropicais têm sido alvo de mais preocupações, visto que esses *habitats*, que ocupam aproximadamente 7% da superfície terrestre, possuem mais da metade das espécies da biota mundial e estão sendo destruídos muito rapidamente”. O que o autor coloca, também vale para a área de estudo proposta neste trabalho.

O Parque em questão, tem importantes fragmentos desse bioma e faz parte do Mosaico Central Fluminense, que abarca vinte e nove Unidades de Conservação; e que está imediatamente localizado entre a Área de Proteção Ambiental (APA)

Petrópolis e a Reserva da Biosfera (REBIO) Tinguá (Nova Iguaçu). O PNMT resulta de processos históricos, sociais ligados a algumas questões conflituosas.

Neste sentido, a presente dissertação busca identificar os conflitos socioambientais existentes e subsidiar propostas que visam a contribuição de uma gestão participativa e de atuação integrada entre os diversos atores sociais envolvidos.

1 JUSTIFICATIVA

Este trabalho consiste na análise em uma Unidade Conservação de proteção integral, o Parque Natural Municipal da Taquara - PNMT, referente aos conflitos socioambientais existentes, a fim de explorar os múltiplos olhares e características acerca desse processo. Neste contexto, as transformações ocorridas no espaço em análise, poderão ser compreendidas com maior clareza e os conflitos ali existentes poderão ser trabalhados de modo a contribuir na gestão da área protegida.

Deste modo, a relevância para a ciência geográfica, encontra-se no subsídio à proposição de medidas de mitigação dos conflitos e no subsídio a uma gestão participativa.

No que diz respeito à escolha da área de estudo e do tema, a pesquisadora procura dar seguimento aos estudos e pesquisas iniciados à época da graduação, onde foi enaltecida a importância da referida Unidade de Conservação, que é uma área remanescente do bioma Mata Atlântica.

Quando o trabalho de pesquisa da área foi iniciado à época da graduação ainda ficaram questões a serem avaliadas, sendo este o momento de dar prosseguimento, procurando entender a ordem dos conflitos existentes no PNMT.

O município de Duque de Caxias, carece de equipamentos de lazer e, o PNMT tem grande importância para a população local, principalmente para o do 3º Distrito, onde o Parque se localiza.

Tomando as palavras de Fontes (2013), os espaços especialmente protegidos podem ser considerados atualmente como uma das fundamentais ferramentas utilizadas para a conservação da natureza. Tais espaços referem-se a fragmentos do território reservados com limitações do uso da terra e dos recursos naturais, sendo imensamente necessário, uma vez que o processo de antropização tem acelerado a ocupação desenfreada do solo e do uso predatório dos recursos naturais.

Ainda de acordo com Fontes (2013), as Unidades de Conservação podem ser justificadas por meio de alguns de seus benefícios (chancelados em 1991 pela UICN/PNUMA/WWF): biológicos, ambientais, econômicos e culturais (Quadro 1).

Quadro 1 - Benefícios biológicos, ambientais, econômicos e culturais que justificam a sua criação e manutenção das Unidades de Conservação.

BENEFÍCIOS BIOLÓGICOS E AMBIENTAIS

• Guardar ecossistemas naturais e modificados que são essenciais na manutenção dos sistemas sustentadores de vida;
• Conservar espécies da flora e fauna silvestres representativos de um ou mais ecossistemas, mantendo a diversidade genética das espécies presentes na área;
• Conservação das características biofísicas importantes para a regulação dos ciclos hidrológicos e climáticos local e/ou regional.
BENEFÍCIOS ECONÔMICOS
• Proteção de solos em zonas sujeitas à erosão;
• Regulação e purificação do caudal de água e controle da sedimentação das barragens hidroelétricas;
• Oferta de empregos diretos e indiretos às comunidades do entorno e elevação dos ingressos em razão de ecoturismo nas áreas silvestres;
• Possibilidade de haver aproveitamento direto sustentável dos recursos naturais por meio da coleta de produtos alternativos da floresta;
• Provimento de barreiras naturais contra enfermidades em cultivos agrícolas e animais de criação.
BENEFÍCIOS CULTURAIS
• Oportunidades para a educação e pesquisa científica;
• Manutenção de sítios relevantes à inspiração espiritual, o entretenimento e a recreação;
• Proteção e conservação de locais de importância cultural, lugares históricos, monumentos antropológicos, e sítios onde há uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza.

Fonte: UICN/PNUMA/WWF (1991) *in* Fontes (2013).

As Unidades de Conservação propostas no Brasil não levaram em consideração a questão da legitimidade do padrão de política de conservação adotado, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Elas foram resultados de um processo arbitrário de tomada de decisões, cujos atores partiam da suposição de que vivem e moram nos limites territoriais de suas esferas de atuação. Essa tarefa de compatibilizar as exigências internacionais de conservação com os problemas criados a partir do congelamento econômico de um território imenso, populoso, industrializado foi sempre dispendiosa, conflituosa e tecnicamente muito difícil, exceto nos casos onde a própria especulação imobiliária exigiu que as terras fossem mantidas intactas. O desafio enfrentado por órgãos governamentais e ONGs foi, por longo tempo, definir instrumentos institucionais adequados à criação de Unidades de Conservação, no âmbito de perfis socioambientais regionais, uma vez que a proposta parecia ser a de criar áreas legalmente protegidas, sem que isso significasse abdicar do bem estar dos povos que nelas se assentam. Para entender essas questões legais, a presente pesquisa esteve apoiada nas leis ambientais concernentes às áreas naturais protegidas e no direito de propriedade constitucional.

Como qualquer outra base territorial, seja ela física, social e politicamente construído, as Unidades de Conservação, se constituem como formas complexas de relações entre grupos sociais, territórios e ambientes, em que as estratégias sejam elas dinâmicas e criativamente reelaboradas ou renovadas, podem acarretar ou não, probabilidades de resistência à destruição dos ecossistemas naturais ameaçados (Fontes, 2013).

O PNMT, está inserido no bioma Mata Atlântica, que de acordo com a ONG SOS Mata Atlântica, é considerado um dos *hotspots* mundial, ou seja, uma das áreas mais ricas em biodiversidade e mais ameaçadas do planeta e também foi decretada com Reserva da Biosfera pela Unesco e Patrimônio Nacional, na Constituição Federal de 1988. Atualmente, quase 72% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) vive em áreas de domínio da Mata Atlântica, em que mais 145 milhões de habitantes divididos em 3.429 municípios, que correspondem a 61% dos que existem no país. Destes, 2.481 municípios possuem a totalidade dos seus territórios no bioma e mais 948 municípios estão parcialmente inclusos.

A Unidade de Conservação alvo desta dissertação é um território conflituoso e que tem grande importância para a preservação da Mata Atlântica. Os conflitos que

nela ocorrem deve-se pelo fato de existirem moradores no seu interior, contanto com quatro residências que são tombadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois a área antes de ser instituída como Parque, outrora foi área de colonização agrícola e, contava com produtores locais que cultivavam banana, aipim, abacaxi (Plano de Manejo do PNMT, 2004). Após a criação do Parque os produtores que foram proibidos de darem continuidade às suas atividades, o que deu origem aos conflitos. Os sitiante que ficam no entorno da UC, e que a única entrada para suas propriedades é pela portaria da mesma, também foram prejudicados e não puderam continuar com suas atividades comerciais.

Para que os conflitos sejam atenuados, esta pesquisa tem questões norteadoras que subsidiam a presente análise:

- a) Onde se localizam os principais conflitos da unidade?
- b) Os moradores e sitiante participam do processo de gestão do PNMT?
- c) O zoneamento proposto no Plano de Manejo atende as necessidades do PNMT?
- d) O poder público gestor da Unidade de Conservação tem confiabilidade junto aos moradores e aos sitiante?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da presente dissertação é identificar e analisar a existência de conflitos socioambientais no Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT), localizado no município de Duque de Caxias, dos moradores e sitiante com a gestão da Unidade de Conservação.

Para tal, faz-se necessário o cumprimento de objetivos específicos que serão apresentados a seguir.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os principais atores sociais relacionados ao manejo do Parque;
- b) Analisar os programas propostos pelo Plano de Manejo do PNMT, no que diz respeito a inserção dos principais atores sociais no manejo da área protegida;
- c) Subsidiar propostas, a partir da identificação e análise dos conflitos, que possam auxiliar a gestão da Unidade de Conservação, contribuindo para uma administração verdadeiramente participativa e de atuação integrada.

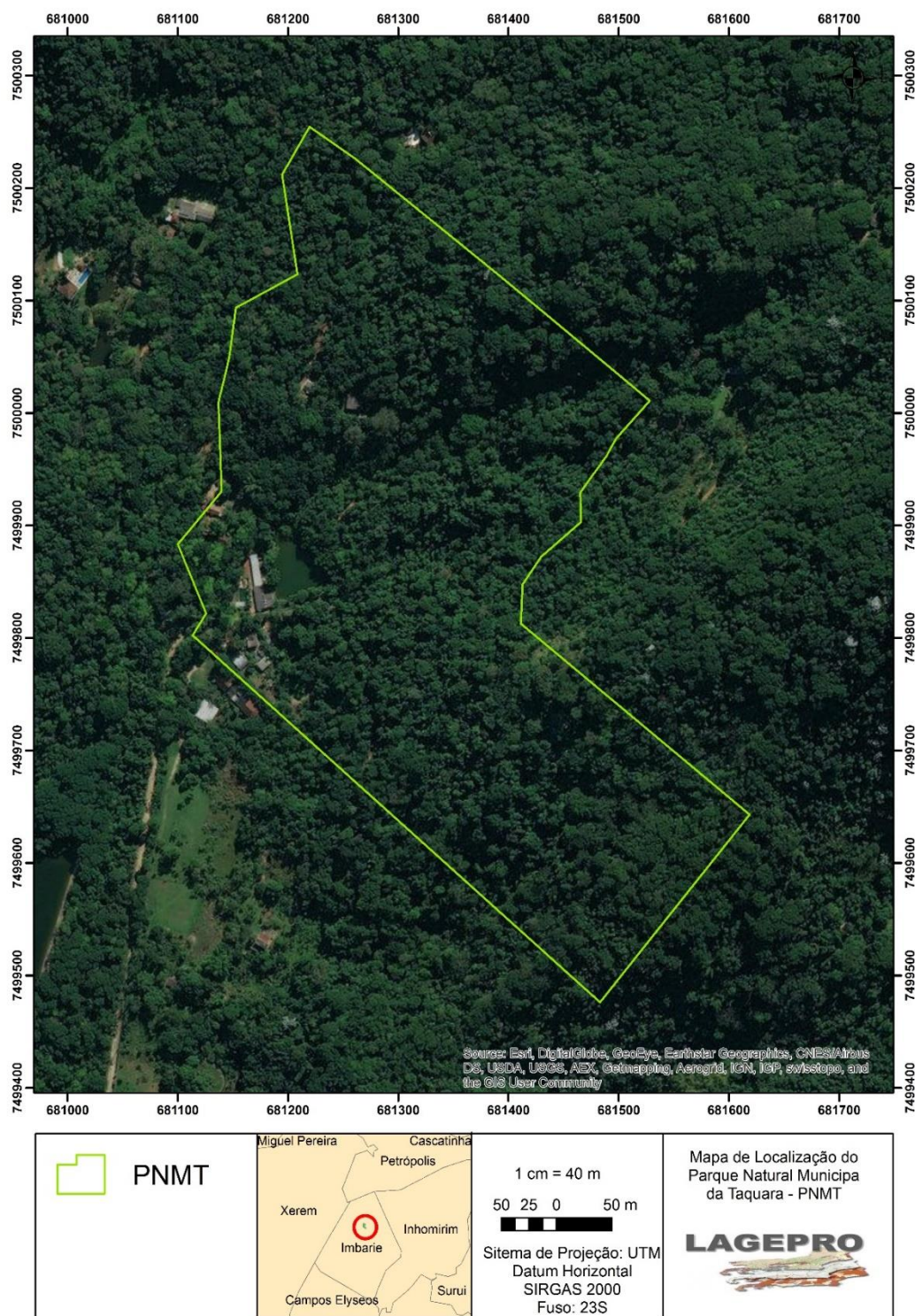
3 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ESTUDO

A seguir são descritas as principais características da área de estudo, bem como um breve diagnóstico que subsidiaram os objetivos da dissertação.

3.1 O Parque Natural Municipal da Taquara – PNMT

A Unidade de Conservação, alvo da presente investigação, localiza-se na Estrada Cachoeira das Dores, Taquara, Município de Duque de Caxias, denominado Parque Natural Municipal da Taquara, na localidade denominada Núcleo Colonial, 3º Distrito do Município de Caxias. Possui uma área de 20,7959 hectares e encontra-se sob a administração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento da prefeitura da cidade de Duque de Caxias. Através do mapa (figura 1) a seguir, é possível visualizar os limites da Unidade de Conservação (UC).

Figura 1: Mapa de localização do Parque Natural Municipal da Taquara



Fonte: A autora, 2017.

3.2 Histórico da formação da área do PNMT

A área onde hoje é localizado os atuais limites do Parque começou a ser povoada no século XVI em função de doações de sesmarias, onde foram cedidas grandes glebas de terras situadas entre os rios Meriti e Estrela. O Porto da Estrela foi o mais importante na história do local, isto demonstrado pelo crescimento de um arraial em seu redor, que no século XIX foi transformado no atual município de Duque de Caxias. As sesmarias foram divididas em quatro fazendas conforme asseveram Abrantes e Fadel 2012 [n.p.]:

A área referente à Taquara que hoje comporta uma área de proteção integral, [porém] entre os séculos XIX e XX era dividida em quatro fazendas, sendo estas: Fazenda São Paulo, Fazenda Taquara, Fazenda Cachoeira das dores, e Fazenda Santiago. Em tais fazendas produzia-se a farinha de mandioca, que era uma moeda de troca com o mercado Africano (Angola), a banana, o quiabo, a batata, a cana-de açúcar, o arroz, o jiló entre outros produtos agrícolas, voltados para o consumo interno dos vilarejos que formavam a baixada fluminense (ABRANTES E FADEL, 2012 [n.p.]).

As fazendas tiveram grande importância para o abastecimento da população que formava os vilarejos da área, porém em função de problemas ambientais a região iniciou uma grande crise, conforme assinalado pelo IBGE [s.d.]:

Ainda por alguns anos, notável foi o progresso observado nessa região. Somente pela metade do século XIX começou a fase de decadência. A devastação das matas trouxe como resultado a obstrução dos rios e conseqüente extravasamento, com a formação de pântanos, que tornaram a região praticamente inabitável. Abandonadas, as terras, outrora salubres e férteis, cobriram-se rapidamente da vegetação própria dos mangues.

A situação do local começou a ser revertida a partir da inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil, construída por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, a estrada entre o porto de Mauá e a fazenda do Frágoso, nas imediações da Raiz da Serra da Estrela. Dois anos mais tarde, os trilhos atingiam a povoação de Raiz da Serra e o povoamento na área tornou-se mais visível (IBGE [s.d.]).

O PNMT está localizado onde antes era a Fazenda Cachoeira das Dores que, segundo Abrantes e Fadel (2012), pertencia ao Tenente Henrique Izidoro Xavier de Brito, mas em 1883 fora adquirida pelo Império com o intuito de preservar os mananciais que abasteciam a Corte e a fazenda Santiago, portava um grande fluxo

de água do advindo rio Taquara, o que propiciou no seu leilão já no século XX para a então Fábrica de Tecidos Nova América, que criou um reservatório para captação de água do rio Taquara, que recentemente foi adquirida pela Fábrica da Coca-Cola no ano de 2012 que tem previsão de iniciar suas operações até o fim deste ano, ou seja, 2018.

3.3 PNMT: da sua criação aos dias atuais

Em 11 de dezembro de 1992 foi criado o Parque Natural Municipal da Taquara, por meio da lei municipal 1.157, embasado no artigo 5º do código florestal. As terras onde se localizam o citado Parque foi uma cessão do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a Prefeitura municipal de Duque de Caxias e que a área esteve com questão fundiária indefinida, segundo Abrantes e Fadel 2012 [n.p.]:

Porém a regulamentação fundiária do Parque só começou a ser tratada pela instância municipal no ano de 2005, uma vez que já havia terminado o prazo de cessão com o INCRA. Com isso, existiam-se as opções de renovar tal cessão, ou efetuar por completo a sua doação e, em 23 de junho de 2006, ocorre a doação definitiva da região por parte do INCRA para o município de Duque de Caxias. Corrobora-se que a institucionalização do parque marca uma valorização da flora e fauna locais e a necessária remoção das famílias que moram no interior da área demarcada. Tal remoção encontra-se prevista na legislação que regulamenta a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC estando de pleno acordo com o plano de manejo da referida unidade, que pressupõe a retirada e indenização de famílias que habitam Áreas de Proteção Integral (Abrantes e Fadel 2012 [n.p.]).

Contudo, até o presente momento, a retirada das famílias e a devidas indenizações ainda não ocorreram, conforme dados obtidos em entrevistas durante os trabalhos de campo ao PNMT, que foram realizadas entre outubro de 2016 a março de 2018.

O Parque possui em seu interior um total de 08 residências de casas familiares, sendo 04 residências são oficializadas pelo INCRA, enquanto às demais se apresentam de forma irregular. Existe um acordo entre o INCRA e a prefeitura para que as 04 residências oficiais no interior do Parque sejam mantidas, pois as mesmas foram tombadas pelo patrimônio histórico no ano de 1997, devendo ser preservadas

e conservadas (Plano de Manejo¹ do PNMT, 2004, p. IV-68). Essas 04 residências restantes deverão ser aproveitadas como parte da infraestrutura do Parque, servindo de centro de pesquisa, alojamento, refeitório, biblioteca, para as atividades de Educação Ambiental.

Parte dos conflitos ocorre, no tocante às residências, pois os moradores têm o impedimento de reformar e/ou ampliar as mesmas, tendo também o impedimento de plantar e de extrair recursos florestais, pautado no Plano de Manejo do PNMT.

Há um total de 11 famílias nessas 08 residências, porém, apenas 04 são reconhecidas legalmente e somente os moradores que residem no PNMT antes da data de sua criação, ou seja, os que chegaram antes de 11 de dezembro de 1999, receberão indenização pela sua saída do Parque. É nesse sentido que os conflitos se intensificam, pois, os demais alegam ter os mesmos direitos de serem indenizados, enquanto a lei somente preconiza ação indenizatória àqueles que residem em áreas naturais protegidas de uso indireto, que ali se instalaram antes de sua criação (ANTUNES, 2007).

De acordo com a administração do PNMT, que foram obtidos por meio de entrevista realizada junto ao gestor da unidade, o senhor Wilson A. Leal Boiça em fevereiro de 2018, o processo para as ações indenizatórias aos moradores está ocorrendo desde julho de 2005 e foi aprovado pela câmara de compensação dependendo apenas da liberação dos recursos para que o mesmo seja feito. Se isso ocorrer, o PNMT será um dos poucos Parques no Brasil sem a presença de moradores (como preconiza a legislação ambiental).

Ressalta-se, porém, que há moradores que se negam a receber qualquer valor que seja pela sua propriedade, mesmo que seja adquirida outra de valor equivalente nas proximidades do Parque, porque eles têm uma relação de afetividade com o lugar, um sentimento de pertencimento, de topofilia, que expressam ao dizer que o PNMT é totalmente diferente do caos urbano cercado de barulho, poluição e violência.

¹ O Plano de Manejo do PNMT elaborado em 2004 continha erros primários e grotescos, sendo então contratada uma empresa no ano de 2016 para que o Plano de Manejo fosse elaborado, contando com a realização de duas Oficinas Participativas, das quais participei nos meses de outubro e novembro de 2016. O Plano deveria ficar pronto em dezembro do mesmo ano e ser entregue à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias e à gestão do PNMT. Até a presente data (abril de 2018) não foi possível ter acesso ao mesmo, em função da troca da gestão do município e do Parque.

Além dos problemas já relacionados, existe ainda a questão da falta de tratamento do esgoto que é produzido nas residências. O esgoto é captado por sumidouros e lançados *in natura* diretamente no Rio Taquara, havendo também a questão da energia elétrica ilegal. A empresa que fornece energia elétrica nessa parte do município, a Ampla, já instalou um ponto de energia para ser distribuído a todas as residências do local, porém a ligação para os imóveis não foi realizada, desse modo a solução encontrada pelos proprietários foi a utilização da energia de forma clandestina, ou sejam, estão na ilegalidade.

Ainda no tocante ao fornecimento de energia elétrica aos moradores, de acordo com a direção do PNMT, a empresa de energia elétrica Ampla fez um estudo durante o ano de 2006 através de um programa do Governo Federal, “Luz para Todos” com a liberação do IBAMA fez o projeto para o PNMT e a APA Petrópolis, que já foi devidamente aprovado pelo Governo e pela administração do Parque, que está aguardando o início das instalações que contará com 35 pontos de energia elétrica no seu interior, mas somente para as 04 residências tombadas. Assim, surge a possibilidade de desencadear outro conflito, pois se ocorrer algum furto de energia por parte dos outros residentes, esse será coibido através do corte da energia.

Contudo, tal estudo realizado em 2006, não é mais válido. A questão da falta de fornecimento de energia é um dos fatores geradores dos conflitos entre os moradores, sitiantes e a administração do PNMT, pois a solução encontrada pelos moradores e sitiantes, foi a de fazer a ligação irregular da energia, junto ao imóvel sede do Parque. As gestões anteriores a atual, deram ordem de corte de energia, o que é inconstitucional e uma questão de injustiça, pois a energia elétrica é fundamental para as sociedades. A atual administração não permitiu o corte das ligações irregulares que foram feitas, isso onerou o orçamento do Parque, pois houve um aumento considerável do valor pago pelo uso do serviço. Segundo o administrador, em uma reunião do conselho consultivo, realizada no dia 27 de fevereiro de 2018, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias, conseguiu realizar o trâmite de religamento da energia elétrica junto a atual Concessionária de energia elétrica que atua no município, a Enel. A Enel está fazendo um estudo técnico e dirá se o cabeamento será subterrâneo ou aéreo, o que a administração do PNMT não aconselha, pois, o Parque tem animais silvestres que poderão correr o risco de serem eletrocutados. A Concessionária também irá consultar os moradores e sitiantes quanto a rede se preferem 110 *watts* ou 220 *watts* e ainda

se preferem que os relógios sejam instalados junto à entrada do Parque ou diretamente em suas propriedades.

Atualmente, o acúmulo de resíduos sólidos no interior da Unidade de Conservação e no entorno é uma questão bastante comprometedora no que tange às questões ambientais, pois os mesmos são descartados de forma irregular pelos seus visitantes, deixando-os pelas trilhas e nos cursos d'água. A administração da Unidade de Conservação conta com poucos servidores/funcionários para que o recolhimento do mesmo seja feito de modo regular. Os moradores do PNMT esforçam-se para contribuir com a limpeza do PNMT, tal como os comerciantes dos dois quiosques existentes, pois sempre conversam com os visitantes sobre essa questão, ressaltando a importância da manutenção da limpeza do Parque.

Outra questão conflitante, diz respeito a manutenção dos equipamentos arquitetônicos² do PNMT, muitos deles encontram-se em péssimas condições, principalmente os banheiros disponibilizados aos visitantes, além de mal conservados, são extremamente sujos e causam desconforto aos que precisam utilizá-los. De acordo com entrevista realizada (em outubro de 2016) junto aos comerciantes dos quiosques do Parque, num esforço de tentar solucionar tal problema, uniram-se para levantar os recursos necessários à reforma do equipamento, levaram o projeto à administração, porém a iniciativa não foi aprovada. O fato gerou grande desconforto entre os envolvidos, sendo assim, alimentando mais um conflito na UC.

O PNMT exerce uma função primordial: a de regular o balanço térmico da cidade, pois o processo desenfreado de urbanização ocasionou em um grande desconforto com a elevação das temperaturas. Essa área de lazer verde exerce um importante papel, pois de acordo com a ONU, toda cidade deve ter pelo menos 12m² de área verde por habitante, sendo que o ideal seria 40m² por habitante (Mazzei, 2007, p.38; PLANO DE MANEJO DO PNMT, 2004, p.I-3). Porém, em uma cidade com grande expansão imobiliária, seja para moradia ou empreendimentos, presença de indústrias e fábricas, essa orientação da ONU não vem sendo seguida.

O Parque possui funções importantes na inserção da cidade, pois o mesmo conta uma grande diversidade natural, sendo então um dos poucos refúgios de Mata Atlântica, outrora tão abundante no litoral do país e que hoje se encontra em processo de retração.

² Informações obtidas durante a realização de trabalho de campo para a realização desta dissertação.

Possui uma base administrativa que contém um auditório utilizado para diversas atividades, tais como palestras, oficinas, reuniões, exposições, pesquisas científicas e atividades ligadas à educação ambiental.

O território delimitado pelo decreto de criação do Parque compõe-se das margens baixas do Rio Taquara, em sua porção mais devastada, suja e ocupada. Isso se explica tanto pelo índice de ocupação humana no terreno do Parque (construções irregulares), quanto pela prática descontrolada de cultos afro-brasileiros e pelas práticas predatórias dos visitantes no rio e nas matas próximas.

Assim, mantido o atual padrão de ocupação proposto para o local é possível que o Parque Natural Municipal da Taquara se torne completamente degradado em seu estado ambiental ou, ainda mais, que fique totalmente ocupado por apropriações ilegais.

Atualmente a área do Parque e do seu entorno imediato encontra-se ocupada por moradores e sitiantes, apresentando-se bastante deteriorada em seus recursos naturais. Os loteamentos no entorno do Parque, localizados no 4º Distrito do Município de Duque de Caxias (Xerém), encontram-se hoje densamente ocupados. A infraestrutura é precária e abriga uma população menos favorecida. Os serviços de saúde e educação estão distantes desses núcleos, os transportes também não são satisfatórios. Apesar de toda a carência a pressão imobiliária se faz presente e estas frágeis áreas verdes são facilmente ocupáveis por uma população sem moradia que têm avançado para o PNMT.

Existe ainda no entorno do Parque áreas dotadas de maior biodiversidade, que são as áreas mais elevadas, atualmente pouco utilizadas e bastante preservadas, pontos que deveriam ser objeto de preservação extrema, adotando-se uma política de controle de visitação. Para a conservação da área, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias (SMMA) propôs um projeto de construção do Corredor Ecológico Nordeste de Duque de Caxias, que foi levada a proposta para a reunião do conselho consultivo realizada no dia 27 de fevereiro de 2018.

O Corredor Ecológico abará a Reserva Biológica de Tinguá (Nova Iguaçu), a área do Parque Equitativa (Xerém, em Duque de Caxias) até o PNMT. Serão seis pontos que necessitam de recuperação da vegetação, pois atualmente tem servido de forma irregular de pastagem e também foram alguns pontos onde ocorreram alguns incêndios no período do verão passado. A SMMA, levou o projeto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) que tem orçamento previsto de 4 milhões de reais, para uma

área de 4860 metros. Os seis trechos de replantio são: trecho 1: 9 hectares; trecho 2: 12 hectares; trecho 3: 9 hectares; trecho 4: 20 hectares; trecho 5: 13 hectares e trecho 6: 20 hectares, conforme foto a seguir (figura 2):

Figura 2: Apresentação dos trechos de replantio do Corredor Ecológico Nordeste de Duque de Caxias



Fonte: A autora, 2018.

A SMMA de Duque de Caxias, está finalizando o projeto para enviá-lo oficialmente ao INEA, mas na reunião do conselho consultivo, representantes do INEA já sinalizaram o apoio ao projeto e ofereceram um viveiro localizado na REBIO Tinguá, para o plantio das mudas da espécie Cambará, que comporá o Corredor Ecológico. O projeto também contará com uma brigada de incêndio. O INEA irá fazer a contratação de uma empresa ou de uma ONG (Organização Sem Fins Lucrativos) para a execução do projeto.

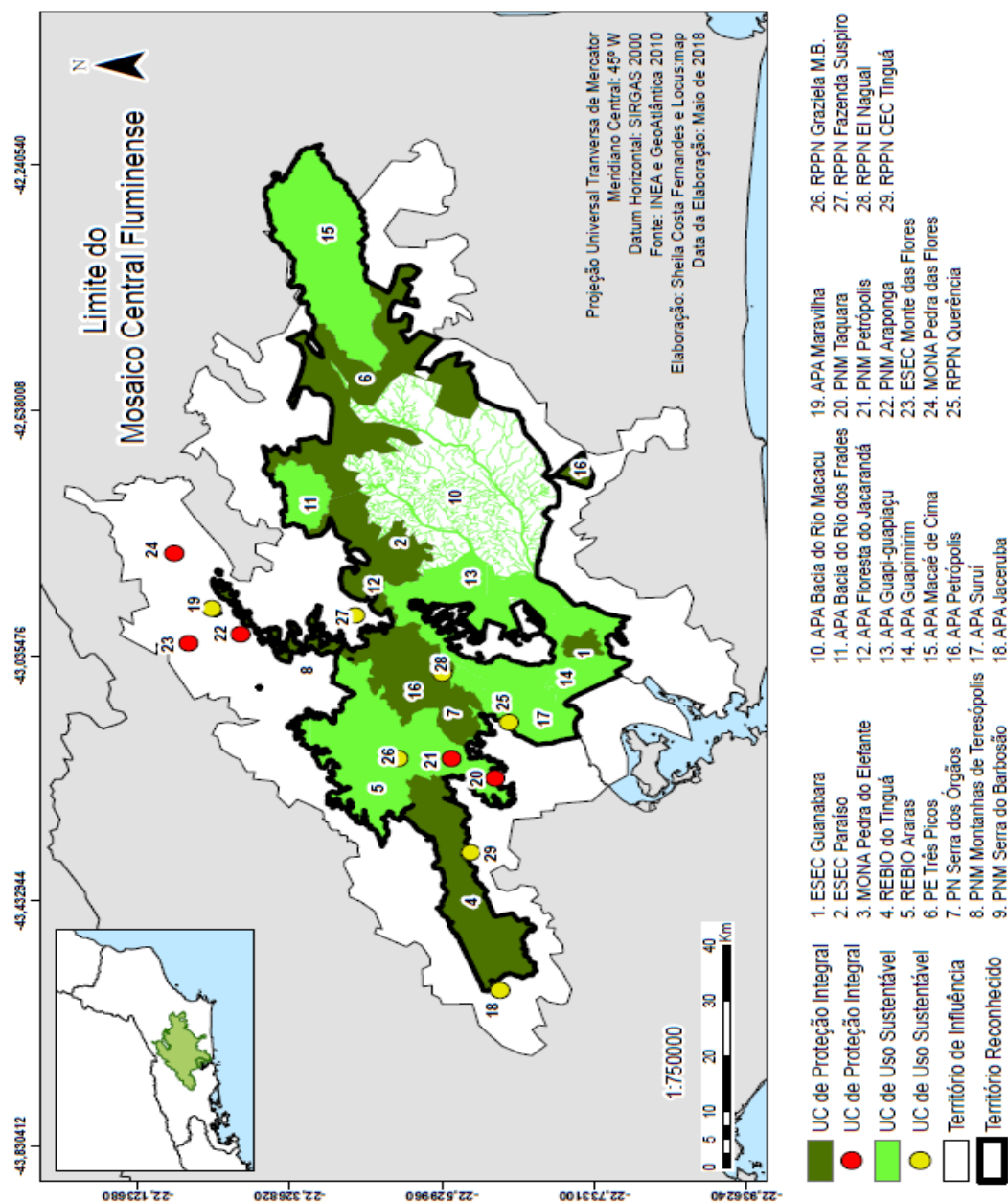
3.4 Aspectos Físico-Bióticos Gerais

A área do PNMT faz um imenso corredor ecológico com as seguintes áreas destinadas à proteção ambiental: a leste, com a APA Petrópolis, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Teresópolis) e a APA Guapimirim e a oeste com a Reserva Biológica de Tinguá (Nova Iguaçu).

Cumpre-se ressaltar que há um Decreto Federal de 08 de dezembro de 2005 que previa a criação de um “Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense” ou Mosaico Central Fluminense (MCF) que tem como intuito verificar a eficácia das UCs existentes e interligar 22 UCs que estão divididas em treze municípios (fronteiras). Com a sua efetiva implementação, esse mosaico formará um corredor contínuo para as espécies circularem em uma área total de 233.710 hectares. Esses mosaicos estão divididos em três partes: o primeiro deles é o “Mosaico Central Fluminense”, que compreende as Áreas de Preservação Ambiental (APAs) de Guapimirim e Petrópolis, Reserva Biológica (REBIO) Tinguá e Parque Nacional (PARNA) da Serra dos Órgãos, Parque Estadual Três Picos e Estação Ecológica Estadual do Paraíso (inicialmente esse projeto não incluía as UCs municipais - somente em 2010 passou a incluir os Parques Naturais Municipais - e por esse motivo o Parque Natural Municipal da Taquara não estava incluso nesse rol do Decreto Federal, embora, por ser fronteira com APA Petrópolis e Rebio Tinguá, forme um corredor ecológico natural); o segundo é o “Mosaico Sul-Fluminense”, que compreende o Parna da Serra da Bocaina, ESEC (Estação Ecológica) Tamoios e APA Cairucu (pode haver a inclusão de UCs estaduais do norte do litoral paulista e Parque Estadual da Serra do Mar). Por último, o “Mosaico da Região Centro-Norte, com as Rebios Poço das Antas e União e a APA da bacia do Rio São João.

O PNMT é um importante elo de ligação no MCF por ser fronteira com APA Petrópolis e Rebio Tinguá, formando desse modo um corredor ecológico natural. Conforme pode ser analisado por meio do mapa (figura 3) disponibilizado do documento de Planejamento Estratégico do Mosaico Central Fluminense, que data do ano de 2010 a seguir:

Figura 3: Mosaico Central Fluminense e as UCs que o compõem



Fonte: A autora, 2017.

Tendo em vista a importância do PNMT, é inegável a necessidade de regras de uso que contribuam à sua preservação. Assim, percebe-se que se faz necessária a regulamentação e a fiscalização adequadas, que possibilitem o uso do Parque por moradores, desde que atendidas determinadas condutas e também aos seus visitantes.

As áreas das encostas do morro no fundo do Parque, no seu setor leste, apresentam-se recobertas por extensas massas vegetais, características da Mata

Atlântica. Ainda que seja uma área de acentuada topografia, encontra-se servida por uma estrada que dá acessos aos sítios vizinhos ao Parque, localizados nas cotas mais altas.

Outra estrada destina-se também ao serviço de sítios vizinhos e corta o Parque próximo à entrada. Esses terrenos íngremes são supostamente apropriados ao exercício de montanhismo e caminhadas, ideais para a abertura de trilhas e belvederes em sua parte mais alta.

Uma área de floresta úmida tropical e subtropical da Costa que cobria uma faixa quase contínua que se estendia do Rio Grande do Sul ao rio Grande do Norte, aproximadamente uma área de 3.300 Km. Essa cobertura florestal cobria o interior do continente a cem quilômetros quadrados. Juntamente com a Floresta Amazônica formavam uma zona biogeográfica mais rica em espécies que as outras florestas tropicais do planeta, situadas na África e no Sudeste Asiático (ESPASANDIN *apud* ALHO, 2002, p.20).

3.4.1 Hidrografia

A rede de drenagem da área do Parque está inserida na Macrobacia hidrográfica da Baía da Guanabara, e na bacia dos rios Estrela/Inhomirim. Esta área engloba a bacia hidrográfica da Baía de Guanabara.

A bacia dos rios Estrela/Inhomirim abrange uma área aproximada de 667,50 Km², limitando-se com as seguintes bacias: Paraíba do Sul, ao norte, Iguaçu/Sarapuí, a oeste e Suruí, a leste. Ao Sul o limite se faz com a Baía de Guanabara.

Na área do Parque, faz-se necessário o monitoramento das águas, principalmente devido à presença de moradias e, ao consequente despejo de esgoto *in natura*, em fossas sépticas e/ou nos canais de drenagem e, ao uso da área para deposição de oferendas de cultos religiosos³.

³ Informações obtidas durante a realização de trabalho de campo, entrevistas e aplicação de questionários para a realização desta dissertação.

Devido as características rurais da área do Parque, com pequena densidade populacional e grandes extensões de áreas verdes preservadas, a qualidade dos recursos hídricos locais se apresentam em condições relativamente favoráveis⁴.

3.4.2 Flora e fauna

O Parque Natural Municipal da Taquara, segundo o Plano de Manejo, localiza-se numa região cercada por uma cadeia montanhosa e a vegetação remanescente de Floresta Ombrófila Densa com diferentes níveis sucessionais com pequeno trecho de submontana, apresentando alterações decorrentes de pressões antrópicas originadas no passado e que se estendem até o presente. Podem ser mencionados como exemplos de tais pressões o desmatamento ocorrido para a abertura de vias de acesso e instalação de edificações residenciais, e a introdução de espécies vegetais exóticas.

A vegetação em questão ocorre nas encostas que se prolongam para jusante e, além de espécies nativas, ocorrem as espécies exóticas, pioneiras e oportunistas, uma vez que já não se trata de vegetação primária.

Dentre as espécies arbóreas exóticas destaca-se a presença da jaqueira (*Artocarpus integrifolia*) e outras frutíferas exóticas frequentes são o Jameleiro (*Syzygium jambolanum*), o coqueiro (*Cocos nucifera*) e a mangueira (*Mangifera indica*).

É muito comum a bananeira (*Musa paradisíaca*) tanto na região central do Parque quanto em partes de algumas encostas, o que representa os remanescentes de culturas pretéritas. Ao longo das vias de acesso, a dracena (*Dracaena* sp.).

Dentre espécies lenhosas nativas, são frequentes o mamoeiro (*Carica papaya*), diversas leguminosas dos gêneros *Mimosa* e *Acacia*, e, em áreas que sofreram alteração antrópica há um rápido desenvolvimento de embaúbas (*Cecropia hololeuca*) e quaresmeiras (*Tibouchina* sp.), que formam agrupamentos nas beiras de

⁴Informações obtidas durante a realização de trabalho de campo, entrevistas e aplicação de questionários para a realização desta dissertação.

estradas e locais perturbados. Também nativas são as palmeiras que são alvo de exploração em função da extração do palmito (*Euterpe edulis*).

Ao longo das vias internas observa-se um tipo de vegetação que não se insere nos critérios apresentados para determinação dos estágios de regeneração da mata, tratando-se de vegetação introduzida na área que terminou por conferir atributos paisagísticos, tais como: acalifa, bambu, begônias, beijo, boa noite, calatéias e coléus entre muitas outras.

O bambu é tão representativo no PNMT que o mesmo faz parte do logotipo do Parque, conforme a imagem abaixo (figura 4).

Figura 4: Logotipo do PNMT



Fonte: <http://dc369.4shared.com/doc/WYEEvBee/preview.html>

Em termos faunísticos, segundo relatos de moradores e dos integrantes da Guarda Municipal, obtidos por meio de entrevista para esta dissertação, com os responsáveis pela segurança do Parque, são frequentemente observados nas matas do mesmo, as seguintes espécies da avifauna: *Crotophaga ani* (anupreto), *Melanotrochilus fuscus* (beija-flor-preto), *Estrilda astrild* (bico de lacre), *Sporophila cacrulescens* (coleiro), *Aratinga leucophthalmus* (maritaca), *Ghorimopsar chopi* (melro), *Pyrrhura frontalis* (periquito tiriba), *Tangara sp.* (saíra), *Thraupis sp.* (sanhaço), *Zoonotrichia capensis* (tico-tico), *Ramphocelus brasilius* (tiê-sangue), *Volantira jacarina* (tiziú), *Saltador maximus* (trincaferro) e o *Ramphastos sp.* (tucano).

Na área do Parque são comuns os sapos, rãs e pererecas (Classe *Amphibia*); e os lagartos, lagartixas e cobras (Classe *Reptilia*). Além do habitat fornecido pela Mata Atlântica, os ecossistemas aquáticos representados pelos afluentes do Rio Taquara tornam propícia a ocorrência desse grupo faunístico. É possível a ocorrência de alguma espécie exótica de anuro no Parque devido a existência passada de um ranário, que atualmente encontra-se desativado.

Segundo relatos de moradores e dos integrantes da Guarda Municipal responsáveis pela segurança do Parque, ocorrem nas matas do mesmo várias espécies de cobras, o que torna real o risco de acidentes ofídicos.

O rio Taquara, na área do Parque, apresenta algumas alterações em suas condições ambientais naturais, como a deposição de lixo antrópico, descaracterização da vegetação ciliar em alguns trechos e captação de água em seu leito principal e em seus afluentes. Estas influências antrópicas afetam direta ou indiretamente a ictiofauna deste rio. Destaca-se ainda, como pressões para a ictiofauna do rio Taquara, a prática comum de pescaria por parte da população local e a possível ocorrência de espécies exóticas como *Carassius auratus* (peixe-japonês), *Cyprinus carpio* (carpa) e *Helostoma temminckii* (peixe-beijador) devido a suas presenças em lagos artificiais, abastecidos por afluentes do rio Taquara, em uma propriedade a montante do Parque.

Um dos grupos de insetos mais representativos e visíveis do Parque é a Ordem *Lepidoptera*, representada por várias espécies de borboletas como *Rhetus periander* e *Diaetheria clymena*, além dos gêneros *Mimoides*, *Morpho*, *Heliconius* entre outros.

3.5 Infraestrutura e adversidades no PNMT

A infraestrutura do Parque Natural Municipal da Taquara, segundo o seu Plano de Manejo (2004), é a seguinte:

- a) vias de Acesso. Em se tratando do Parque Natural Municipal da Taquara as principais vias de acesso são a Rodovia Washington Luís, o Arco Metropolitano e a Avenida Automóvel Clube;

- b) no interior do Parque as vias de acesso encontram-se ainda sem pavimentação, degradadas em função da erosão superficial (nas áreas com mais declividade) e nos pontos baixos cobertos por solo, provenientes do escoamento superficial;
- c) estacionamento. Não há área de estacionamento adequadamente demarcada. A parada de veículos é feita ao longo de espaços vazios no terreno do Parque e o estacionamento de motocicletas é feito na área antes da entrada do mesmo;
- d) o sistema de iluminação do Parque é insatisfatório, pois somente nas casas dos moradores e em alguns pontos esparsos do Parque existe iluminação e na praça das orientações;
- e) o abastecimento de água é feito por captação direta dos afluentes do Rio Taquara e de nascentes, sem qualquer forma de tratamento;
- f) o sistema de esgotamento sanitário dos domicílios presentes no Parque é feito através de fossas e sumidouros;
- g) sistema de Drenagem. Não existe sistema de drenagem apropriado no local, sendo esta feita por canaletas a céu aberto ao longo das vias internas;
- h) a segurança é feita pela guarda Municipal, em escala de dois a cada dia, que tem treinamento de combate a incêndio, salvamento e resgate de pessoas desaparecidas na mata, sendo fundamental para o funcionamento do Parque. Existe ainda uma guarita e uma casa onde reside o vigia. No local há ainda ronda efetuada por viatura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;
- i) residências e Sítios, o Parque apresenta um total de 08 residências de casas familiares, sendo que metade deste número é oficializado pelo INCRA e as demais se apresentam de forma irregular. No tocante aos sítios que ficam no entorno imediato do PNMT e o local de passagem de seus proprietários é a portaria do mesmo, existem um total de 22;
- j) áreas de Cultura e Lazer, o Parque Natural Municipal da Taquara conta com orquidário, um viveiro de espécies vegetais, uma praça central, um mirante, quiosques e um centro de convenções, uma estação de tratamento de esgoto, de instalação de banheiros públicos, um auditório (todos em mal estado de conservação);

k) a coleta de lixo é feita por uma empresa terceirizada, contratada pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (o recolhimento é feito na guarita do Parque). As trilhas são limpas e pelo grupo de funcionários e voluntários que compõem a equipe do PNMT.

4 METODOLOGIA

O escopo da pesquisa consiste numa análise dos conflitos socioambientais no Parque Natural Municipal da Taquara. Foi feita identificação dos atores sociais envolvidos nesse processo conflitoso.

Para alcançar os objetivos propostos, o primeiro recurso utilizado foram as pesquisas bibliográficas referentes aos assuntos correspondentes ao tema em análise, tais como: consultas às publicações a respeito da área; ao Plano de Manejo do PNMT; à documentos relativos ao Parque, livros, artigos acadêmicos, periódicos, monografias, dissertações e teses; pesquisas a sites; consulta à legislação vigente, como o SNUC. Assim, foi construído o embasamento teórico e discutidos conceitos que nortearam a pesquisa, tais como, Unidades de Conservação, gestão participativa, confrontos, conflitos e território. O último instrumento utilizado, foi a construção de um sociograma para avaliar o grau de conflitos existentes entre os atores sociais presentes no PNMT.

O sociograma consiste numa técnica que explora e estrutura das relações existentes entre todos e cada um dos indivíduos que compõem o grupo. Essa técnica visa facilitar a visão global da estrutura do grupo e identifica a posição relativa de cada um dos seus membros. Busca-se uma observação das redes sociais que serão representadas graficamente no sociograma. Um sociograma é um grafo com nodos e arestas. Nodos representam os atores sociais e as arestas representam os relacionamentos entre os atores (Dutra, 2008). Foram avaliados, ainda níveis diferenciados de conflitos, considerando conflitos de nível alto, de nível médio e de nível baixo.

Cabe destacar que as fontes bibliográficas referentes à unidade de conservação são escassas. A partir da análise bibliográfica foi elaborada uma síntese da trajetória histórica e legal do processo de ocupação e criação do PNMT, objetivando melhor compreensão da funcionalidade desta UC.

Para obter os dados primários foram realizados trabalhos de campo no PNMT, que foram de fundamental importância para o norteameto da pesquisa em curso. Conversas informais com os moradores da Unidade de Conservação foram feitas, que geraram o acesso à documentos importantes para a viabilização do trabalho, bem

Figura 7: Construção de mapa de atores



Fonte: Costa, 2017.

Para que a pesquisa tenha o êxito esperado, foram realizadas entrevistas junto aos moradores, à gestão, aos funcionários e aos administradores do PNMT, pois a entrevista é um excelente instrumento capaz de fornecer dados e informações, sejam eles objetivos ou subjetivos. Optou-se por trabalhar com entrevista pois ela, segundo Haguet (1997), possibilita o encadeamento de comunicação, de interação social, entre o entrevistador e o entrevistado.

O questionário foi um importante instrumento de pesquisa utilizado, pois possibilitou a aquisição de informações muito relevantes, sendo dividido da seguinte forma: identificação do entrevistado; conhecimentos sobre o conceito de Parque Natural; conhecimentos/informações sobre o PNMT.

O escopo da pesquisa consiste na identificação e análise dos conflitos e da percepção, por parte dos diferentes atores sociais envolvidos direta e indiretamente, no manejo e na administração do PNMT, visando propor uma gestão participativa. Os conflitos previamente constatados motivaram a identificação dos atores sociais e, ao longo da pesquisa inicial, foram verificadas as incongruências no processo de planejamento e gestão desta Unidade de Conservação.

Para que os objetivos do trabalho fossem alcançados, os atores foram identificados e caracterizados, considerando os graus de conflitos existentes entre eles e o entendimento da rede de ligação e de sua complexidade, assim como sua interlocução com a esfera governamental.

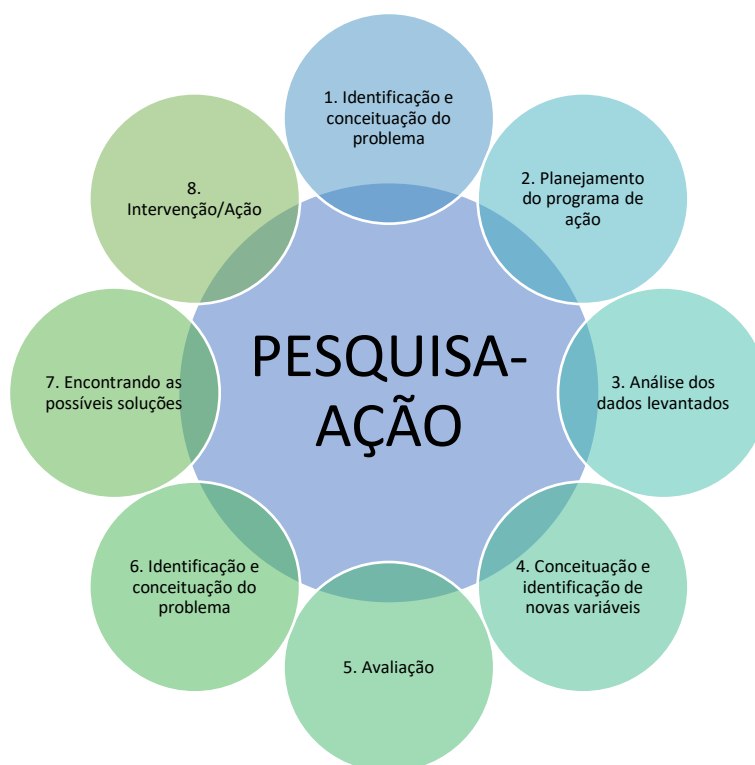
Foram avaliados os níveis de interações dos atores sociais com o lugar, as percepções frente aos conflitos e as lacunas da gestão, perpassando pelo nível de conhecimento e da inserção no processo da gestão.

Enquanto metodologia de pesquisa foi aplicada a pesquisa-ação, que tem como vocação a investigação, dentro de um processo de interação entre pesquisadores e população interessada, para gerar possíveis soluções aos problemas detectados. Como método da pesquisa-ação:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não-reativa” e “objetiva”. Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. É, portanto, uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta (ENGEL, 2000, p.182).

Existem várias concepções acerca do processo de pesquisa-ação, muitas delas até mesmo divergentes, porém há consenso no tocante aos seus pressupostos gerais, sendo assim, toda pesquisa-ação possui a característica de ser cíclica e contínua, composta basicamente pelos seguintes elementos: identificação do problema, planejamento, ação, observação, reflexão, avaliação, replanejamento, nova ação (JORDÃO, 2004). Tomando o conceito de pesquisa-ação apontado por Jordão (2004), optou-se por seguir as seguintes etapas apresentadas no gráfico abaixo (figura 8):

Figura 8: Representação do caráter cíclico da pesquisa-ação



Fonte: Jordão, 2004.

Estão sendo levados em consideração alguns aspectos essenciais para a escolha do caminho a ser percorrido, como: a especificidade e complexidade da problemática, os recursos disponíveis, os pressupostos teóricos e a demanda por uma pesquisa qualitativa. O método da pesquisa-ação segundo Fernandes (2010) possibilita:

Através de um contato direto, frequente e prolongado com os atores sociais e seus contextos, uma adaptação segundo as situações e as reações. Esta técnica está no campo das metodologias de caráter qualitativo, sendo também denominada como observação naturalista ou descritiva, na psicologia, ou ainda na observação etnográfica, na antropologia (FERNANDES, 2010, p. 74).

A partir da pesquisa-ação ter-se-á um suporte para a orientação na pesquisa, através do acompanhamento das ações, nas tomadas de decisões, uma vez que poderá vir a esclarecer os principais conflitos previamente observados no PNMT.

4.1 Contratempos da Pesquisa

Esta pesquisa, ao longo de sua instrumentalização em campo, contou com algumas dificuldades que necessitam ser elencados.

A primeira delas foi a grande dificuldade em encontrar dados relevantes sobre o Parque Natural Municipal da Taquara, pois há poucas pesquisas sobre o citado Parque.

Outro fator complicador foi o período de surto da febre amarela no estado do Rio de Janeiro, que teve seu auge entre dezembro de 2017 a março de 2018. Tal fato dificultou a realização das entrevistas junto aos sítiantes, pois a maioria deles não reside nas propriedades e, com o perigo do contágio da febre amarela, muitos deixaram de frequentar suas propriedades durante esse período.

O Plano de Manejo foi um dos maiores contratempos enfrentados para a viabilização desta pesquisa, pois o documento ao qual foi disponibilizado data do ano de 2004 e, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) o documento deve ser elaborado em prazo de até cinco anos após a criação de uma Unidade de Conservação e deve ser revisado a cada cinco anos. No tocante ao PNMT, o documento foi elaborado do ano de 2004, o Parque foi criado em 1992, ou seja, ocorreu um grande atraso na elaboração do mesmo. As revisões não foram feitas no prazo. No ano de 2016, uma empresa foi contratada para cumprir com a laboriosa tarefa, o Instituto Vitalis. A princípio o Plano de Manejo seria entregue à Secretaria Municipal de Meio Ambiente naquele mesmo ano, pois o ano de 2016 foi um ano de eleições municipais e, para o ano seguinte haveria outra administração municipal, porém, o planejado não ocorreu. Houve a troca de administração na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, que contava com o prefeito Alexandre Cardoso e passou a ter no cargo Washington Reis.

Atualmente (2018), o novo Plano de Manejo ainda não está disponível, pois segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) o documento não é satisfatório. Após análise pela equipe técnica da SMMA o documento foi devolvido à empresa contratada, para que a mesma realizasse as correções e as adequações necessárias. Segundo o setor responsável, tal processo ocorreu por três vezes, mas os problemas não foram corrigidos e, o prazo estipulado para a entrega expirou. A

solução encontrada pela SMMA foi notificar judicialmente a empresa durante o mês de abril.

Com base no que aqui foi explanado sobre o Plano de Manejo, optou-se por pesquisa utilizar o documento do ano de 2004 como fonte documental.

5 EMBASAMENTO TEÓRICO CONCEITUAL

Neste capítulo são discutidos os principais pressupostos de base teórico e conceitual que nortearam o presente trabalho, que foi organizado em três partes: sobre a criação das áreas naturais protegidas, em que foi feita um resgate histórico em um contexto internacional e sua adoção no Brasil; em seguida o conceito de gestão participativa, que subsidia uma administração de atuação integrada e por fim a análise dos conflitos socioambientais que confirmam uma disputa por território.

5.1 A Criação das Áreas Naturais Protegidas no Contexto Internacional

A proteção de áreas naturais pode ser entendida sob o aspecto geográfico como uma forma de institucionalização do espaço e uma expressão do seu controle político, sendo alvo de especial interesse desde os idos do século XIX (RÖPER, 1999). Isso pode ser percebido em alguns países da Europa, como na Inglaterra e na França. Na Inglaterra, por iniciativa da sociedade civil, foram criadas as “reservas da natureza inglesa”, primando por conservar os *habitats* naturais que estavam sob ameaça em virtude da Revolução Industrial que se iniciara naquele país e se encontrava em sua primeira fase (1760 a 1860), procurando se expandir pelo território e buscando espaço para a instalação de indústrias. A França por sua vez, no ano de 1853 em Fointainebleau, com o incentivo de um grupo de artistas e intelectuais, criou a sua primeira reserva, sendo oficializado o ato em 13 de agosto de 1861 (ANTUNES, 2005).

Naquele momento as áreas protegidas vieram confrontar com os ideais do desenvolvimento. De acordo com Maria Cecília Wey de Brito (*apud* MORSELLO, 1995) as áreas protegidas nesse momento representavam uma “antítese do desenvolvimento”, pois o desenvolvimento econômico encontrava-se em um processo de ampliação mundial e conseqüentemente expandia-se a destruição e a transformação dos ambientes naturais.

Mesmo com os esforços desses países, os Estados Unidos é considerado como o país criador da primeira Unidade de Conservação do mundo, “Yellowstone

National Park”, foi criado em 1º de março de 1872, com a aprovação do Congresso americano. Antes disso, deve ser considerado o ato do então presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, que decretou em 30 de junho de 1864 a área do atual Parque Nacional de Yosemite como “inaliável em qualquer tempo”, o que fez com que o Yosemite se tornasse de fato a primeira área de preservação (COSTA, 2002).

Antes de avançar sobre o histórico das áreas naturais protegidas, devemos buscar a origem desse conceito, que não nasceu pronto, mas sim evoluiu com o passar do tempo. Vários povos em épocas distintas já pensavam em formas de preservar/conservar a natureza, como relata MORSELLO (2001):

Civilizações do Oriente, como por exemplo, os assírios, estabeleceram reservas ainda antes do nascimento de Cristo. Na Europa Medieval, a palavra “parque” designava um local delimitado no qual animais viviam na natureza em áreas sob responsabilidade do rei. Pessoas que se aventurassem a entrar no parque, especialmente caçadores, eram condenadas à morte (RUNTE, 1979). No Peru, a antiga civilização Inca impôs limites físicos e sazonais à caça de certas espécies. A Índia estabeleceu áreas protegidas há mais de um século (WEST, 1992) (...). Com a possível exceção apenas de experiências na Roma e Grécia antigas, os casos anteriores diferem num ponto crucial: o significado conjunto de proteção e acesso público surgira apenas mais recentemente (MORSELLO *apud* RUNTE, 1979, p. 22).

Hassler (2005), relata que a preocupação com áreas naturais vem desde a época medieval, ao dizer que:

Desde a época medieval, parques reais e privados protegiam os animais de caça. À medida que eles se tornavam raros, tinham de ser tratados como animais domésticos. A partir do século XIII, houve numerosas tentativas – por meio de estatutos, editos e leis de caça – para determinar uma estação limitada e proteger cervos, gamos, lebres, salmões, falcões e aves selvagens durante o período de procriação (HASSLER, 2005, p.82).

Embasados nesses princípios surgiram as primeiras iniciativas de preservação/conservação, efetivados pela criação de leis florestais que tinham o intuito de restringir o acesso às reservas da caça reais. Contudo, o interesse da classe dominante em restringir o acesso a esses espaços não se deveu somente pela proteção e ou conservação dos mesmos e das espécies lá presentes, mas também pela preocupação da mesma em relação *“à disponibilidade de alimentos que estavam se tornando cada vez mais escassos, sobretudo as espécies animais que mais lhe interessavam para a prática da caça”* (HASSLER *apud* THOMAS, 1989).

Assim, a ideia de Parque Nacional somente foi sistematizada nos Estados Unidos no século XIX, através da formalização do seu conceito, por um pequeno grupo

de pessoas que tinham como intenção manter as belezas naturais e estéticas do país para serem apreciadas por visitantes, e para que essas áreas fossem mantidas sem a presença de moradores em seu interior. Em outras palavras, pretendia-se que as áreas naturais fossem exploradas e mantidas para uso e apreciação de todos (DIEGUES, 2004). Além disso, outra motivação que levou os Estados Unidos a adotar o modelo de áreas protegidas foi a busca de uma identidade nacional, sendo um dos países do Novo Mundo. Deste modo buscava a transformação de suas paisagens em “monumentos”, e nesse sentido, o que impulsionando uma espécie de competição com o Velho Mundo (MORSELLO *apud* RUNTE, 1971).

Conforme exposto anteriormente, o período compreendido entre os séculos XVI e XIX foi o momento em que a economia capitalista passa a ser a pujante, e com isso, a forma de leitura do mundo também é transformada, o que é bem latente na relação do homem com a natureza.

O homem idealizava a natureza, seja para viver nela ou apenas por suas imagens, sendo a mesma nesse período muito retratada em obras de arte, como a pintura ou a poesia. Esses reflexos na arte podem ser explicados pelo fato de o período compreender estilos literários muito ligados à natureza: o Arcadismo⁵ e o Romantismo⁶. O primeiro caracterizou-se por valorizar a natureza e a idealizar como o lugar onde a felicidade seria possível; o segundo caracterizou-se por várias tendências, incluindo a tendência pelo amor à natureza e pelo nacionalismo. Na visão de Serrano (1997) a paisagem é eleita como representante da natureza, sendo a principal influência, a pintura. Sendo a paisagem o modo de representação da natureza, o olhar dos homens sobre ela mudou, e ela se tornou mais atrativa e alvo de cuidados, contribuindo para o processo de criação de áreas naturais protegidas.

⁵ Uma das dez escolas literárias, iniciada em 1756, com a fundação da Arcádia Lusitana. Do ponto de vista político-social, o Arcadismo compreende o período de ascensão da burguesia, visto que, com o advento das monarquias, a economia se desenvolveu muito propiciando o surgimento de uma nova “classe” social detentora de riquezas. Em outras palavras, o fortalecimento político levou ao fortalecimento econômico, que produziu uma nova ordem social, rica (que entra em conflito com a aristocracia) e desejosa de torna-se poderosa. O ponto culminante desse processo foi a Revolução Francesa (1789). O Arcadismo possui uma caracterização precisa que pode ser definida por três princípios, sendo um deles ligado à natureza, o do **Lócus Amoenus**: o campo é visto como lugar ideal (TERRA, 2004).

⁶ Também faz parte das dez escolas literárias, foi introduzida em Portugal por Almeida Garret, em 1825. Esse estilo literário acompanhou as mudanças políticas, econômicas e sociais ligadas às mudanças advindas da Revolução Francesa. O artista romântico é um idealista, pois deseja um mundo melhor para os homens (incluindo a natureza e o relacionamento do homem com ela) (TERRA, 2004).

A criação de áreas naturais protegidas sob o olhar de Diegues (1997) estava ligada à ideia de preservar uma natureza intocada, uma natureza na qual a interferência do homem fosse a mínima possível e também pela busca de uma vida selvagem (*wilderness*) a fim de preservá-la da civilização urbano-industrial. Idealizava-se uma natureza “pura”, porém, para o autor, essa natureza é inexistente, uma vez que as diferentes culturas têm se apropriado e utilizado a natureza de diferentes formas ao longo do tempo.

Até mesmo no país idealizador dessa prática, os Estados Unidos, a sua primeira área protegida, o Parque Yellowstone, possuía em seu território moradores, os índios *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone-Bannock*, que foram expulsos do local. Um outro indício de que o Yellowstone não era “intocado”, entretanto, é que pesquisas arqueológicas encontraram sepulturas com mais de mil anos no local.

A ideia central da “defesa” do modo de vida selvagem é constituída pela corrente do preservacionismo, que visa proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, urbano e industrial; ou seja, objetiva tornar os espaços naturais “intocados”. Contudo, intocados (ao nosso ver), no sentido de o homem não interferir de maneira direta: em outras palavras, busca-se com o preservacionismo a conservação *in situ*⁷. Essa forma preservacionista, porém, é alvo de muitas críticas, que afirmam ser possível aliar proteção da natureza com modernização e tecnologia (ao que alguns preservacionistas como Marsh, eram totalmente contrários, alegando que a tecnologia é altamente nociva, destrutiva e que a cura do planeta começaria pelo controle da tecnologia, exigindo uma grande revolução política e moral - DIEGUES, 2004, p.31).

Na contramão da corrente preservacionista, existia (e existe até hoje) a corrente conservacionista dos recursos naturais, que visa a conservação através do uso racional dos recursos naturais. Essa corrente foi amplamente difundida por Pinchot, que via estrategicamente a natureza como geradora de mercadoria, ou ela mesma como mercadoria. De acordo com Diegues (2004) Pinchot acredita que:

(...) a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo⁸ podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos (DIEGUES, 2004, p.29).

⁷ Conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características (ANTUNES, 2007).

⁸ Manejo é todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da biodiversidade biológica e dos ecossistemas (ANTUNES, 2007).

Conforme citado, os ideais de Pinchot são bem parecidos com as idéias presentes no Relatório Bruntland – O Nosso Futuro Comum (1987) - e logicamente com os do “desenvolvimento sustentável”, que se utiliza da natureza como mercadoria.

As ideias de preservacionismo e conservacionismo serviram de embasamento para importantes discussões posteriores e estiveram presentes em eventos importantes como a Conferência de Estocolmo em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (Rio 92) e também em publicações, como as da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN)⁹ e no documento Nosso Futuro Comum de 1987.

Para entender que o “desenvolvimento sustentável” trata-se na verdade de uma forma mercantilista de utilização da natureza é necessário investigar os primórdios da ecologia política, que surgiu nos anos de 1960, durante o período em que diversos movimentos sociais surgiram, vindo com eles os debates epistemológicos nas ciências, que tentavam entender as diversas dicotomias que existiam(em), como por exemplo, entre cultura e natureza, que, nesse sentido, trouxe à tona a emergência de uma crítica ambiental frente à sociedade industrial, sendo representado esse debate pela ecologia política.

A ecologia política teve, e tem até os dias de hoje, o papel de criticar as bases do sistema reprodutivo que necessita de altos custos que são pagos por toda a sociedade. Isso pode ser verificado através dos argumentos de Zhouri *et al* (2005), quando dizem que:

ao criticar aos custos crescentes da reprodução do sistema produtivo, o pensamento da ecologia política expressava um avanço em relação às análises então vigentes que enfocavam as contradições do modo de produção capitalista. O que se denunciava era uma alienação mais radical do que a simples expropriação da mais-valia, qual seja, a alienação entre a sociedade industrial e a natureza, o sujeito e o mundo (ZHOURI *et al*, 2005, p.13).

Ao ser formulada essa crítica por parte da ecologia política, os defensores da industrialização taxaram os ecologistas como românticos e opositores ao progresso. Com isso, os favoráveis ao desenvolvimentismo argumentaram que os danos

⁹ UICN na língua inglesa conhecida como: *International Union for Conservation of Nature and Natural Resoucer*.

relacionados ao meio ambiente, como poluição e escassez de recursos para a produção industrial se tratavam de “variáveis ambientais” legítimas na discussão sobre a sociedade ambiental (ZHOURI *et al*, 2005). Apostava-se assim, nas soluções advindas das tecnologias do processo produtivo, e nesse sentido o debate ecológico sofreu uma certa despolitização, à medida que “*as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em cheque as instituições da sociedade vigente*” (ZHOURI *et al*, 2005).

O contexto social era o de uma série de mudanças em escala global como o fim da Guerra Fria, o declínio do socialismo real e o alargamento da globalização econômica. Assim, foram surgindo uma série de “ambientalismos” totalmente fora dos padrões daquele que veio criticar as bases do capitalismo e foi nesse caminho que nos anos de 1990 cunhou-se o título “desenvolvimento sustentável”, que fora utilizado primeiramente no ano de 1980 pela IUCN WWF (Fundo Mundial pela Natureza) no documento *World Conservation Strategy*. Não obstante, o termo só se popularizou através da publicação do Relatório Bruntland, em 1987 e foi consolidado Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992.

Após essas afirmações sobre o “desenvolvimento sustentável” pode-se constatar que ele surgiu com o reconhecimento da “crise ambiental”, bem como dizem ZHOURI *et al*, 2005, na seguinte colocação:

Consagrou-se o termo “desenvolvimento sustentável” como um campo de reconhecimento da “crise ambiental” em escala planetária como uma proposição para a conciliação e consenso entre a crítica ambiental e sociedade industrial (ZHOURI *et al*, 2005, p.13).

As consequências dessas transformações na ecologia política crítica é que esta passou a ceder lugar a um “ambientalismo de resultados”, de mãos dadas com o capitalismo regulador das políticas ambientais e sociais, sobretudo no bojo do neoliberalismo que se entende como um mecanismo de autorregulação do mercado em que os assuntos ambientais devem ser geridos por meio do Estado.

O “desenvolvimento sustentável” tem como ideologia que o desenvolvimento do sistema capitalista seja orientado para promoção da diminuição das desigualdades sociais e para o acesso aos recursos naturais, porém, ao transportar essa ideologia às áreas naturais protegidas, mais detidamente aos Parques, pode-se averiguar que o acesso aos recursos naturais não é democratizado.

5.1.1 Parques Naturais: um modelo de exportação

Os Parques constituem um tipo de unidade de conservação enquadrado na categoria de proteção integral, de acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que tem por finalidade resguardar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e de beleza cênica (ANTUNES, 2007).

Após a criação do Parque Yellowstone não tardou para que vários países também adotassem o modelo, sendo uma espécie de *status* possuir, em seu território, um ou até mesmo vários parques ou outros tipos de áreas de proteção ambiental. Mas, adotando esse modelo, os países também adotavam as problemáticas advindas dele, como os conflitos gerados pelas populações que viviam nos locais a serem transformados em parques. Os primeiros países que resolveram aderir ao Modelo Yellowstone foram: Austrália (1879), Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), Zaire (1898), México (1899), Argentina (1903), Chile (1926), Equador (1934), Venezuela e Brasil (1937). Sob a ótica de Guerra (2005) a criação de áreas protegidas é fruto de uma concepção advinda de uma sociedade urbano-industrial, idealizadora de uma natureza selvagem que lhe servisse como válvula de escape aos impactos negativos decorrentes das atividades inerentes à tal modo de vida.

Assim, o modelo Yellowstone foi exportado rapidamente pelo mundo, o que fez reacender a dicotomia entre povos e parques. Diegues (1997) afirma que no Terceiro Mundo, hoje países periféricos, essa ideologia foi bastante difundida e seu efeito foi devastador sobre as populações tradicionais de extrativistas, pescadores, índios, em que a relação com a natureza, em geral é relativamente harmônica e não voltada para obtenção de excedentes.

Essa transposição do modelo Yellowstone, de parques sem moradores, é proveniente de países industrializados e de clima temperado, sendo totalmente oposta à realidade dos países periféricos, onde as florestas foram e continuam sendo, em sua maioria, habitadas por populações tradicionais, tornando-se, essa visão importada, incompatível com as áreas protegidas dos países do sul.

A partir dessa incompatibilidade é que surgem os movimentos ecológicos com enfoque socioambientalista, que vem da ecologia social, ou da ecologia socialista, ou

ainda neomarxista. Esse movimento surge da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito ao acesso à terra e aos recursos naturais por parte de populações tradicionais, onde para os ecologistas sociais a crise ambiental está intimamente ligada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental (Diegues, 2004). Há ainda uma outra grande questão problemática, a de não creditar confiança aos saberes empíricos das populações tradicionais, excluídos dos planos de manejo, que definem quais atividades humanas serão permitidas e quais serão proibidas ou limitadas em áreas naturais protegidas de uso indireto¹⁰. Esses saberes são assim preteridos pelo saber científico personificado em universidades, cientistas naturais, autoridades governamentais e seus colaboradores, como bem ocorre na quase totalidade dos parques, sejam eles brasileiros ou não.

Observa-se que a partir da difusão do modelo dos parques naturais, as funções das Unidades de Conservação (UCs) foram sendo remodeladas com o passar do tempo, pois deixou de ter como cunho principal o valor estético, substituído por fundamentações científicas (RÖPER, 1999), fato que pode ser comprovado através da leitura de Morsello (2001), quando diz que:

Na América do Sul, as primeiras áreas protegidas foram criadas por iniciativa de um pequeno número de pessoas devotadas à conservação, como por exemplo, Francisco P. Moreno, na Argentina, e Henri Pitter, na Venezuela. Este último, para convencer políticos da necessidade de criar os primeiros parques, não se utilizou da apologia às belezas naturais do país. Justificou a necessidade de proteção das florestas com o fim de evitar erosão, enchentes, variações extremas de temperatura e ventos de alta velocidade (...) (MORSELLO apud AMEND & AMEND, 1995, p. 24).

A forte institucionalização da proteção ambiental foi manifestada a partir da existência de organizações supranacionais, como a UICN (*International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*) ou ainda com ONGs internacionais, assim como órgãos governamentais e ONGs nos diferentes níveis nacionais ou subnacionais. O longo período de atuação dessas organizações fez com que houvesse um acúmulo de experiências práticas no planejamento e no manejo das unidades de conservação e, assim, foi possibilitado o nivelamento das bases para a discussão sobre as unidades. Nesse sentido, foi proposta pela UICN uma padronização internacional das categorias de manejo (Röper, 1999). Porém,

¹⁰ Uso indireto é aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (ANTUNES, 2007).

compactuar com esse modelo de padronização internacional mostrou-se um grande problema para os países adotantes, pois cada um possui ecossistemas específicos, características e peculiaridades também específicas, isso sem mencionar as bases políticas e sociais internas, que podem levar à geração de conflitos na normatização dessa prática.

Vale também mencionar a realização de vários congressos internacionais de Parque Nacionais ocorridos nos Estados Unidos (Seattle em 1962 e Yellowstone em 1972), Indonésia (Bali) em 1982, Venezuela (Caracas) em 1992 e África do Sul (Zaire) em 2002. Nesses congressos foram ocorrendo mudanças conceituais para a estrutura de Parques e também para a criação e gestão de outros tipos de Unidades de Conservação, como por exemplo, as Reservas Naturais, os Monumentos Naturais, as Reservas Silvestres e da Biosfera, dentre muitas outras (VALLEJO, 2002).

Em 1992, com o IV Congresso Internacional de Parques Nacionais realizado em Caracas, foi abordada a questão das comunidades tradicionais que são prejudicadas pelo estabelecimento de áreas nas quais a presença de moradores não é permitida, sendo nesse evento oferecida uma nova mentalidade: a de buscar simultaneamente proteger o meio e as populações que habitam tanto no interior como no entorno das áreas protegidas (ANTUNES, 2007).

Segue o Quadro 1 com a cronologia dos eventos mais significativos para a conservação e/ou preservação do meio ambiente, todos balizados na ideologia do “desenvolvimento sustentável”:

Quadro 2: Cronologia dos eventos mais significativos para a conservação e/ou preservação do meio ambiente (continua)

Ano	Acontecimento	Descrição
1872	Criação do Parque Nacional de Yellowstone nos EUA	Primeiro parque. O conceito já havia sido definido anos antes e existem registros de que outros parques já tivessem sido criados em outras partes do mundo.
1933	Convenção para a preservação da Fauna e Flora em seu estado natural, em Londres	Finalidade de criar um conceito universal para Parques Estaduais e Nacionais. Essa convenção também foi assinada pelos países coloniais africanos, cujo objetivo era restringir as ameaças à vida selvagem africana por meio de Parques e Reservas.
1940	Conferência Panamericana, em Washington	Discussão sobre as experiências dos países ali representados e os resultados da Conferência de Londres.
1948	Criação da União Internacional para a proteção da Natureza – UIPN	Congresso organizado pelo governo francês e a UNESCO para coordenar e iniciar trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza.
1960	Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas – CPNAP	Criada dentro da UIPN, para promoção e monitoramento dos Parques Nacionais e outras áreas dedicadas à proteção dos recursos naturais, dando orientação para manejo e manutenção.
1960	Lançado o Red Data Book	Listava 135 espécies de animais ameaçadas de extinção, sobretudo mamíferos mais populares e de maior porte.
1962	I Conferência mundial sobre Parques Nacionais, nos EUA	Essa Conferência chamou a atenção para a necessidade de se conservar os ambientes marinhos, de se realizar interpretações dos atributos dos Parques Nacionais, visando programas educativos, de se impedir alguns tipos de obras, de se planejar e coordenar pesquisas científicas com base interdisciplinar.
1965	Alteração do nome da UIPN para União Internacional para a Conservação da Natureza	Com o aumento da tendência à preservação de <i>habitats</i> em vez de espécies específicas passou-se a dar maior importância à conservação e não apenas à proteção.
1968	Conferência da Biosfera, em Paris	Tratou-se do uso e conservação mais racional da Biosfera, discutindo o impacto humano incluindo os efeitos da poluição do ar e da água, os desmatamentos, o excesso de monoculturas e a drenagem das áreas inundadas, além disso teve como objetivo convencer as nações menos desenvolvidas da necessidade da conservação.

Quadro 2: Cronologia dos eventos mais significativos para a conservação e/ou preservação do meio ambiente (continuação)

Ano	Acontecimento	Descrição
1969	10ª Assembleia geral da UICN, em Nova Delhi	Definição de um novo conceito para Parque Nacionais.
1972	Conferência da Biosfera, em Paris	Pela primeira vez foram discutidos os problemas políticos, econômicos e sociais do ambiente global, num fórum intergovernamental, com o intuito de se empreender ações corretivas. Trouxe resultados imediatos como a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.
1972	11ª Assembleia Geral da UICN, no Canadá	Incorporação oficial do princípio de zoneamento às definições de Parque Nacionais da assembleia anterior que ocorreu em Nova Delhi.
1972	II Congresso mundial de Parque Nacionais, nos EUA	Discussão para a anexação do zoneamento ao conceito de Parques Nacionais.
1974	Comissão Brasileira do Programa O Homem e Biosfera – COBRAMAB	O Brasil aderiu ao programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO em 14/10. A essa comissão cabe planejar, coordenar e supervisionar no país as atividades relacionadas ao Programa.
1975	12ª Assembleia Geral da UICN, no Zaire	Alertou para que o estabelecimento de áreas naturais protegidas trouxesse como consequências a desagregação econômica dos grupos que não afetavam a integridade ecológica.
1980	A UICN, PNUMA e WWF laçaram a “Estratégia Mundial para a Conservação”	Seus três objetivos: manter os processos ecológicos essenciais e os vitais; preservar diversidade genética e assegurar o aproveitamento sustentado das espécies e dos ecossistemas.
1982	III Congresso Mundial de Parques, na Indonésia	Surgiram preocupações mais claras com as relações homem-áreas naturais protegidas, e quando foram reafirmados os direitos das comunidades com características culturais específicas, com recomendações para o exercício do manejo dessas áreas em conjunto com seus habitantes originais.
1992	IV Congresso Mundial de Parques, Venezuela	Seu principal tema de discussão envolvia as populações e áreas naturais protegidas. Foram fortalecidos alguns conceitos e necessidades posteriormente debatidos na RIO-92.
1992	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (RIO-92)	O assunto de mudanças climáticas foi debatido.

Quadro 2 - Cronologia dos eventos mais significativos para a conservação e/ou preservação do meio ambiente (conclusão)

Ano	Acontecimento	Descrição
1994	11 ^a Assembleia Geral da UICN, na Argentina	Foi proposto um guia com diretrizes para os sistemas de áreas naturais protegidas.
1994	Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da UICN	Definiu novo sistema de categorias de áreas naturais protegidas. Foram aprovadas seis categorias de manejo: reserva natural restrita ou área primitiva; parque nacional; monumento natural; área de manejo de <i>habitats</i> ou espécies; paisagens terrestres ou marinhas protegidas e áreas de recurso manejados.
1997	Protocolo de Quioto, no Japão	Proposta de início do processo de estabilização de emissão de gases geradores do efeito estufa.
2002	Conferência Rio + 10, na África do Sul	Realizou um balanço sobre as condições climáticas do planeta, revelando o agravamento da situação de degradação ambiental, espoliação e expropriação dos recursos humanos e naturais.

Fonte: Adaptado de ESPASANDIN, 2005 e ZHOURI, 2005.

Conforme mencionado anteriormente sobre a questão social, acredita-se aqui que a natureza possa ser uma construção social de controle político, territorializado através das Unidades de Conservação. Estas se constituem em espaços políticos, de negociação social, onde nem todos têm o mesmo poder de interferir, resultando em conflitos, por exemplo, entre moradores de UCs e seus administradores.

Quanto ao Brasil, o país só adotou o modelo de Parque Nacional (Parna) em 1937, sessenta e cinco anos após o Yellowstone e quarenta e nove anos após a nossa abolição da escravidão. Porém, devem ser lembrados os esforços de André Rebouças, político e engenheiro brasileiro que na época do Império, em 1876, fez proposta de criação dos primeiros Parnas brasileiros, o primeiro na área de Sete Quedas, no Paraná, e o segundo na Ilha do Bananal, nos Rios Tocantins e Araguaia (TO). Contudo, deve-se considerar que no país, mesmo sem a institucionalização de Parques Nacionais, outras áreas de proteção já haviam sido adotadas como os hortos e os jardins botânicos, existentes desde o Brasil-Colônia (COSTA, 2002).

O Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro, foi o primeiro parque natural do Brasil criado em 1937, com objetivos de caráter científico e turístico, com embasamento no Código Florestal de 1934, que estabeleceu normas para áreas protegidas do país. Em 1939 foram criados mais dois Parques Nacionais: o de Iguaçu, no Paraná e o da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. Houve um intervalo de 20 anos

sem a criação de outros Parques Nacionais no país, até que em 1959 foi criado o de Aparados da Serra (RS/SC), o do Araguaia (ilha do Bananal – TO/GO)¹¹ e do Ubajara (CE). Em 1961 mais Parnas foram estabelecidos pelo país, como: das Emas e da Chapada dos Veadeiros (GO), Caparão (MG/ES), Sete Cidades (PI), São Joaquim (SC), Tijuca (RJ), Monte Pascoal (BA), Brasília (DF) e Sete Quedas (PR)¹² (COSTA, 2002).

No Brasil, o Parque Nacional é considerado como o principal modelo de áreas protegidas, pois foi a partir dele que as demais categorias definidas pela legislação surgiram. O Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) dentre as várias categorias de UCs, considera os Parques Naturais em três esferas: a nacional, a estadual e a municipal, e as leis que os regem são exatamente as mesmas, mudando somente quem administra.

5.1.2 A legislação e as unidades de conservação no Brasil

As primeiras Unidades de Conservação existentes no Brasil datam do século XIX, que correspondem aos Jardins Botânicos, destinados ao lazer das classes mais abastadas da sociedade e também agregava pesquisadores (PEREIRA, 2005).

De um modo geral, as leis ambientais no Brasil começam a avançar com mais força a partir do Código Florestal de 1965, pois com ele foi possível estabelecer as Unidades de Conservação de uso direto e de uso indireto¹³. As unidades de uso direto são as que permitem a exploração dos recursos naturais, como as Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais; as unidades de uso indireto são as que não permitem qualquer forma de exploração de seus recursos naturais, que são os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e as Reservas Biológicas (ReBios). Esses dois parâmetros foram de grande importância para regular os diferentes tipos de uso nas áreas protegidas. Sem mais inovações, as áreas protegidas continuavam a ser destinadas à conservação e à criação de santuários da flora e da fauna. As questões

¹¹ Esse parque havia sido idealizado por André Rebouças em 1876 (MORSELLO, 2001).

¹² Idem.

¹³ Uso direto é aquele que envolve a coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais, e uso indireto é aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (ANTUNES, 2007).

concernentes às populações residentes no interior das áreas protegidas nem foram mencionadas.

De acordo com Paulo de Bessa Antunes (2007), as Unidades de Conservação são:

Espaços territoriais que, por força de ato de Poder Público, estão destinados ao estudo e preservação de exemplares de flora e da fauna. As unidades de conservação podem ser públicas ou privadas. O estabelecimento de unidades de conservação foi o primeiro passo concreto em direção à preservação ambiental (BESSA, 2007, p.559)

Podemos observar com essa citação a importância do estabelecimento das Unidades de Conservação, que na visão do autor foi o primeiro passo concreto para o Brasil trilhar o caminho da preservação ambiental.

De acordo com Hassler (2005), no Brasil, até a década de 1970, não existia uma estratégia nacional global para selecionar e planejar as Unidades de Conservação. Ele continua dizendo que existiam dois sistemas paralelos de definição de áreas protegidas. O IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) ligado ao Ministério da Agricultura foi o primeiro sistema que orientou, coordenou e executou as medidas necessárias para a utilização racional, para a proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e para o desenvolvimento florestal do país atuou que durante o período de 1967 a 1988. Esse órgão foi responsável pela criação e implementação dos Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Florestas Nacionais.

Em 1973, surge a SEMA, que é a Secretaria Especial do Meio Ambiente que atuou em três esferas distintas, a saber: o controle da poluição, a educação ambiental e a conservação dos ecossistemas. A partir da atuação da SEMA foram criadas outras duas categorias de Unidades de Conservação que são: as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental.

Os critérios utilizados tanto pelo IBDF, como pela SEMA, foram pautados pelas belezas cênicas e/ou estéticas ou ainda por oportunidades políticas e não através de critérios técnicos e científicos. Isso ocorreu durante um longo período, que vai de 1937 a 1970. Ambos os órgãos representavam problemas de várias ordens, como administrativos, falta de recursos próprios e técnicos especializados.

O IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), foi criado em 1967 para ser o órgão administrador das UCs no país. A partir da criação do Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, passa a regulamentar os Parques Naturais. Em 1988, quando promulgada a Constituição do Brasil, o artigo 225 do Capítulo VI,

determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e que cabe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse artigo que fala do meio ambiente podemos perceber claramente os ideais propostos no documento Nosso Futuro Comum e também os ideais presentes na concepção de “desenvolvimento sustentável”.

Em 1989, foi criado o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), sendo transferida então, a responsabilidade administrativa das unidades de conservação para esse órgão executor diretamente ligado ao Ministério do Meio Ambiente, que estabelece as diretrizes a serem seguidas em relação ao meio ambiente. A esse órgão cabe a responsabilidade de planejar, dirigir, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conservação de amostras representativas dos ecossistemas e o manejo da vida silvestre (HASSLER *apud* PEREIRA, 1999).

A lei que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹⁰, mostra-se um importante instrumento legal, pois estabelece que todos os integrantes do país devem adota-lo conforme estabelecido pela Lei Federal. Aqui cabe salientar que as florestas não são contempladas pela Lei do SNUC, sendo as mesmas protegidas pelo Código Florestal e pelas leis florestais estaduais. O SNUC somente trata daquelas áreas instituídas pelo poder público, em áreas de conservação que sejam: de relevância natural, de caráter oficial, que tenham uma delimitação territorial, que haja objetivo conservacionista e de regime especial de proteção e administração (SNUC, 2000).

O SNUC estabelece em termos legais o que seria uma unidade de conservação:

É espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Já conservação da natureza é definida como o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (SNUC, 2000).

¹⁰ Mesmo o SNUC sendo muito importante, ficou tramitando como Projeto de Lei nº 2.892/92 e foi aprovado pelo Congresso Nacional somente em 18 de julho de 200 e se transformou na Lei nº 9.985.

Assim, as leis de criação de uma Unidade de Conservação devem atender a alguns critérios, como a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração. Todos esses critérios são alvo de análise no Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT), que se localiza no município de Duque de Caxias, além de mais alguns outros critérios estabelecidos pela pesquisa em tela, pois esse Parque tem características bem particulares: a de conflitos entre os seus moradores, a administração do local (sendo representada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias).

5.2 Gestão Participativa

As Unidades de Conservação brasileiras em sua maioria têm a gestão muitas das vezes ineficiente, e isso se deve em grande parte à dificuldade dos órgãos governamentais em oportunizar os instrumentos congruentes ao manejo e proteção de suas áreas. As principais contrariedades encontradas são: situação fundiária indefinida, conflitos de populações humanas dentro das unidades, escassez de recursos humanos e financeiros, inconstância política das agências de meio ambiente, entre outros (BELLINASSI, 2011 *et al.*). Tais adversidades não são exclusivas das UCs brasileiras conforme asseveram BELLINASSE, 2011 *et al.*:

Diante da emergência da complexidade das questões ambientais e do pouco êxito governamental na proteção dos recursos e ecossistemas naturais, diversas instituições de âmbito nacional e internacional vêm discutindo estratégias de conservação capazes de envolver a população, seja ela tradicional ou não, visando atingir planos de manejo e conservação realmente eficazes. (BELLINASSI, 2011 *et al.* p. 276).

Em referência à população seja tradicional ou não a situação vem sendo discutida nos Planos de Manejo embasados na percepção das relações socioculturais implicado na gestão desses espaços. No que diz respeito à valorização dos recursos naturais e socioculturais das Unidades de Conservação, é fundamental o envolvimento da comunidade por intermédio da visitação pública. O principal objetivo das UCs é a proteção da biodiversidade, o que tem gerado diversas propostas de metodologia de manejo e deve ser preconizado na gestão dessas áreas de proteção.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) em seu capítulo III que versa sobre as categorias de Unidades de Conservação, artigo 11, inciso 20 apresenta diretrizes para a utilização do Parques, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais, que a visitação é condicionada ao que está ordenado em seus Planos de Manejo.

O SNUC e o Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 apresentam a obrigatoriedade da realização de consultas públicas, para a formalização de conselhos consultivos ou deliberativos para a gestão da maior parte das categorias de UCs.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente em seu documento Gestão Participativa do SNUC (2004) que há falta de detalhamento sobre as formas de gestão participativa:

A falta de detalhamento sobre as formas de gestão participativa da Lei que institui o SNUC, assim como no Decreto que o regulamenta, tem determinado com que os órgãos gestores de unidades de conservação apresentem diferenciados entendimentos a práticas no que diz respeito tanto à realização de consultas públicas para a criação de unidades de conservação, quanto à implantação e funcionamento dos conselhos gestores (BRASIL, 2004).

A gestão participativa compreende aquela em que todos os agentes envolvidos participam no processo decisório, partilhando méritos e responsabilidades. Ela faz parte do processo democrático e descentralizador, propicia igualdade de condições na participação e distribuição equitativa de poder, responsabilidades e benefícios. Nesse sentido assinala LUCK, 1996:

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. (LUCK, 1996, p.37).

Carlos Frederico Loureiro em seu artigo “Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos” (Loureiro, 2004), propõe a operacionalização de objetivos que norteiam metodologias participativas, voltadas para a resolução dos conflitos cotidianos e concretos. Isso, embasados não somente em alguns aspectos do planejamento pedagógico (atividades educacionais), mas que também podendo ser utilizados na gestão participativa de UCs, conforme destacadas:

- a) Reconhecer o problema como algo construído na dinâmica social e integrante da realidade, suas causas, interesses e argumentos produzidos pelas partes envolvidas;
- b) Explicitar os posicionamentos distintos e suas implicações sociais e políticas;
- c) Saber se colocar no lugar do outro;
- d) Ter o diálogo como princípio indissociável do processo;
- e) Atacar o problema e não as pessoas em suas individualidades;
- f) Assumir uma postura de cooperação, solidariedade e respeito;
- g) Usar a criatividade e o conhecimento disponível para encontrar alternativas;
- h) Estabelecer mecanismos de avaliação coletiva das alternativas criadas, a partir de critérios definidos e aceitos consensualmente pelos atores sociais;
- i) Negociar as bases que assegurem o cumprimento do que for acordado, construindo o senso de responsabilidade e de convivência democrática.

O processo de participação no tocante às UCs é preconizado por três instrumentos do SNUC (Ministério do Meio Ambiente, 2000), que são: as consultas públicas, os planos de manejo e os conselhos gestores. Através do Capítulo II artigo 5º incisos III, V e IX o SNUC apresenta diretrizes que:

[...] III – assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; [...] V – incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional; [...] IX – considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais.

Desta forma a Lei do SNUC é considerada um marco no que se refere à democratização dos espaços de gestão ambiental pública, pois torna obrigatório o estabelecimento de processos de participação no planejamento e na gestão das unidades de conservação. Assim, cada unidade de conservação deverá contar com um Conselho Consultivo, de acordo com o SNUC no Capítulo IV, art. 29:

Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas e Refúgios de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

No Decreto nº 4.340 de 22/8/2002, que regulamenta os artigos do SNUC, dentre outros aspectos, encontramos o seguinte no Capítulo V que está sintetizado no quadro 2 a seguir:

Quadro 3: Síntese do Decreto nº 4.340 de 22/8/2002, Capítulo V (Continuação)

PRINCIPAIS OBJETIVOS	
Art. 17	O conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.
§ 1º	A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.
§ 2º	A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica
§ 3º	A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.
§ 4º	As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) com representação no conselho de unidade de conservação não podem se candidatar à gestão de que trata o Capítulo VI deste Decreto.
§ 5º	O mandato do conselheiro é de dois anos, renováveis por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.
Art. 18	A reunião do conselho da unidade de conservação deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.
Art. 19	Compete ao órgão executor: I – Convocar o conselho com antecedência mínima de sete dias; II – Prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.
Art. 20	Compete ao conselho da unidade de conservação: I – Elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados de sua instalação; II – acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo; III – buscar a integração de unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; IV – esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; V – avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação; VI – opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Oscip, na hipótese de gestão compartilhada da unidade; VII – acompanhar a gestão por Oscip e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade; VIII – manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e IX – propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

Fonte: Decreto nº 4.340 de 22/8/2002, que regulamenta os artigos do SNUC. Adaptado por COSTA, 2017.

No tocante aos conselhos gestores na área ambiental, os mesmos podem ser situados inicialmente na Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6938/1981, que cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e estabelece

como um de seus entes o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) um órgão colegiado vinculado à Presidência da República, paritário entre instituições governamentais e não governamentais, com funções deliberativas e consultivas em matéria de política ambiental.

Os conselhos gestores são consolidados nas mais diversas áreas, como: saúde, educação, meio ambiente, entre outros destacados na Constituição de 1988. A lei do SNUC regulamenta através do Art. 19 do Decreto Federal nº 4340/2002 e torna obrigatório a presença dos conselhos na gestão de áreas protegidas. Compete a eles, entre outras coisas: acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade, propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade.

Portanto, é possível entender que há embasamento legal e também um discurso que objetiva integrar a proteção dos recursos naturais com a participação das populações na gestão desses recursos.

Os avanços legais são perceptíveis no tocante aos processos participativos na gestão de áreas protegidas, porém, esse embasamento legal não necessariamente propicia processos participativos satisfatórios e efetivos.

São cada vez maiores os espaços de decisão democrática no âmbito das instituições pública como destaca MACEDO 2007:

Ao mesmo tempo são inegáveis os avanços quantitativos no que se refere à implantação de processos participativos na gestão ambiental pública, estão surgindo anualmente dezenas de conselhos gestores de Unidades de Conservação e também em outras áreas relacionadas e em várias escalas (Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, Comitês de Bacia Hidrográfica...). São também cada vez maiores estes espaços dentro do processo decisório de políticas públicas ambientais e, como exemplo mais ilustrativo desta “abertura democrática”, podemos citar a Conferência Nacional do Meio Ambiente, um amplo processo de discussão sobre a política ambiental brasileira realizado a cada dois anos nas mais variadas escalas, responsável pelo estabelecimento das diretrizes do Ministério do Meio Ambiente. (MACEDO, 2007, p. 301)

Se por um lado existem avanços, por outro, existem as dificuldades como bem mostra o Relatório “Gestão Participativa do SNUC”, um documento governamental elaborado conjuntamente pelo Ibama e Ministério do Meio Ambiente, em 2004 que, ao analisar alguns processos participativos chegou, entre outras, às seguintes conclusões (que foram tabuladas por MACEDO 2007):

- a) “no que se refere aos conselhos gestores, a situação é complexa, tanto pelo seu ineditismo quanto pela falta de normatização e de assimilação de seus preceitos entre as instâncias gestoras das unidades e a própria sociedade” p. 22;
- b) “o papel e atribuições dos conselhos não estão devidamente entendidos e assimilados pelos órgãos gestores e responsáveis pelas unidades de conservação” p. 25;
- c) “ainda vigora entre setores de órgãos executores do SNUC a postura centralizadora e fechada para administração das unidades de conservação, para os quais a existência de uma instância gestora de composição pluralista representa ameaça ou inoperância (...) Perdura também a posição de que moradores e produtores do entorno ou do interior das UCs são, em sua maioria, contrários às políticas de conservação ambiental, não podendo ter representantes em conselhos gestores dessa área” p. 25;
- d) “há uma postura de encastelamento (...) e ignorância, por parte dos órgãos gestores, sobre a diversidade de atores regionais” p. 25
- e) “são poucos os conselhos que estão tratando de assuntos de real interesse da sociedade” p.28;
- f) “são raros os conselhos que detêm conhecimento sobre suas competências e, conseqüentemente, são poucos os que efetivamente têm cumprido seu papel de controle e apoio à gestão de unidades de conservação” p. 32;
- g) “os órgãos gestores não estão preparados, nem tem conseguido responder às necessidades básicas para que possam viabilizar seu pleno funcionamento” p. 32.

Estas dificuldades e contradições podem ser relacionadas à vários fatores, como por exemplo: a cultura política da população envolvida nos processos participativos, marcada pelo baixo índice de organização e representação, pelo clientelismo, pelo comodismo; a cultura política do próprio órgão responsável pela gestão; a pouca experiência de implantação de processos participativos, que demandam, necessariamente, um histórico de acertos e erros; o desmonte da

máquina pública; os desenhos institucionais dos espaços de participação (conselhos, audiências...) que são mal elaborados e não propiciam efetivamente processos participativos.

Contudo, a efetivação de conselhos gestores é um imperativo. Quando engajado e atuante é inegável sua eficiência.

5.3 Confrontos e Conflitos pelo Território em Áreas Protegidas

De acordo com Brito (2008), os conflitos existentes em Unidades de Conservação fundam uma realidade que vem sendo fundada desde a criação das primeiras áreas protegidas. Dessarte, necessitam de entendimento teórico, pois somente com esse conhecimento será possível delimitar ações e intervenções capazes de mitigar a degradação ambiental e social dessas áreas. Depreendê-los é de fundamental importância para a formulação das políticas e diretrizes que contornam a construção da gestão de manejo das Unidades de Conservação, pois, em última observação, os conflitos refletem o processo histórico das lutas sociais e da transformação econômica na construção dos espaços geográficos.

Na visão de Vargas (2007), conflito pode ser analisado como:

O resultado de necessidades humanas insatisfeitas. Assim, as causas do mesmo estão nas necessidades subjacentes das partes e a sua resolução está em criar o entorno ou desenvolver as ações para sua satisfação. A resolução advoga a criação de processos que permitam a erradicação dos conflitos (VARGAS, 2007, p. 194).

Simon (2003) traz um questionamento de muita relevância em relação à institucionalização de conflitos em áreas protegidas:

A institucionalização dos conflitos nos Parques nos traz à tona os questionamentos entre a institucionalização do espaço para delimitação de um território voltado para os objetivos de conservação e a realidade social, econômica e política inerentes a este território (SIMON, 2003, p. 6).

É possível perceber que a autora utiliza dois conceitos muito caros à Geografia, que são eles o de espaço e de território. Podemos caracterizar o conceito de espaço como sendo a totalidade, pois é a própria sociedade que lhe dá vida (SANTOS, 1997, p. 5). Assim, sendo o espaço uma realidade social, por que não permitir a moradia das populações no interior de UCs de uso indireto? O segundo

conceito, o de território, nos remete às relações de poder, onde um é mais forte que o outro, sendo então vencedor no embate dos “conflitos institucionalizados”, o mais forte, no caso das UCs, o Estado, através da legislação.

Por conflitos socioambientais, entende-se como sendo aqueles que envolvem:

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas que adotam de apropriação do meio ameaçada pelos impactos indesejáveis decorrentes das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. O tipo de conflito que aqui identificamos tem por arena uma mesma unidade territorial compartilhada por um conjunto de atividades cujo acordo simbiótico é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis que a atividade de um dos agentes produz sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2003, p.03).

Feita essa breve discussão sobre conflitos socioambientais, como solucioná-lo e como surgem os conflitos socioambientais no espaço, é possível refletir um pouco mais sobre os processos que vem ocorrendo nas áreas de proteção ambiental brasileiras.

O Brasil desenvolveu sua política ambiental a partir das pressões de organismos internacionais, mas foi principalmente após a Conferência de Estocolmo em 1972, época em que o país vivia sob a égide da ditadura militar, que o país tomou as primeiras medidas para se adequar nesse contexto de políticas ambientais. Foi nesse clima antidemocrático que organismos como a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), a SUDEPE, IBDF entre outras foram criados, a partir das influências de grupos internacionais, governos de outros países e suas ONGs de ecologistas (MELLO, 2002, p. 290).

A criação das Unidades de Conservação brasileiras foi pautada sobre as exigências internacionais de conservação da natureza em um contexto nacional de problemas econômicos, em um território denso, populoso, industrializado e urbanizado, o que sempre foi uma tarefa dispendiosa, conflituosa. Em termos técnicos foi um processo muito difícil e ainda embasado em modelos que não consideram as especificidades brasileiras. As decisões nesse âmbito foram frequentemente arbitrárias, nas quais os atores envolvidos partiam de suposições de que a conservação de áreas verdes não seria uma reivindicação das coletividades que vivem nos seus limites geográficos (FERREIRA, 2008).

No contexto acima citado, ainda de acordo com Ferreira (2008), pode-se

constatar que as UCs brasileiras:

foram sendo implantadas, na ação cotidiana das instituições públicas colocando seus agentes em uma situação social de confronto com os moradores dessas áreas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator (FERREIRA, 2008, p.3).

Ao analisar os conflitos socioambientais, Ferreira (2008), faz uma consideração bem relevante, a de que esses conflitos sejam eles no âmbito local ou regional, ocorrem predominantemente na oposição entre sujeito e instituição. Essa análise cabe perfeitamente aos conflitos que vem ocorrendo no PNMT.

Os conflitos socioambientais são frequentes nas diversas UCs relacionados às populações que residem nos Parques, não só no Brasil como em outros países e há uma gama de autores que promovem essa discussão, como por exemplo, Antônio Carlos Diegues, em seu livro: “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, que dedica o 6º capítulo para tratar do assunto. Temos também o Congresso Internacional de Parques Nacionais realizado em Caracas que versou sobre essa questão, entre outros eventos. Esses dois exemplos citados dizem respeito às “populações tradicionais” que residem nos Parques, porém no PNMT, a população não pode ser considerada “tradicional”, pois esta última se caracteriza de acordo com Diegues (1992) por ser:

Um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais e renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse ‘*know-how*’ tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra ‘respeito’ que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade (DIEGUES, 1992, p.142).

A partir dessa citação é possível compreender o conceito de “população tradicional” e constatar que a população residente no PNMT não se enquadra nesse perfil, pois ela é uma população com características urbanas, não praticando as atividades acima citadas. Todos têm como fonte de renda, trabalhos eminentemente urbanos, alguns atuam em empresas privadas, outros como autônomos. Há também no entorno do Parque alguns sítios que são alugados para temporadas e/ou atividades religiosas (Retiros Espirituais), sendo poucos os moradores que extraem da terra a sua renda.

O Estado tem como um de seus papéis, o de ser articulador entre as escalas local, municipal e regional junto às escalas supranacionais. Moraes (2005), afirma que território é um espaço de exercício de um poder, que se apresenta como um poder fundamentalmente centralizado no Estado. O território é qualificado pelo domínio de uma porção da superfície terrestre.

No tocante aos projetos ambientais, muitos deles são concebidos para ter abrangência nacional e as ações são planejadas dentro do território. O conceito de território sobremaneira para o projeto de investigação, pois por inúmeras vezes, é delimitado como território nacional quando o conceito em questão não pode ser compreendido de modo tão simplista conforme propõe Dutra (2008) ao assinalar que:

Esse tipo de território sempre foi associado, no âmbito de um discurso evidentemente ideológico, em primeiro lugar ao recorte de território nacional, ou seja, do Estado-Nação. Por trás deste discurso está fixado o referencial político de Estado, na medida em que é possível identificar múltiplos territórios com abrangência nem sempre imutáveis dentro de um território nacional ou mesmo mais amplos que o próprio território nacional (Dutra, 2008, p.55).

A palavra território comumente evoca a noção de “território nacional” e traz a reflexão de que o Estado é o grande gestor, não obstante nem sempre seja necessária a figura do Estado. Em alguns momentos este conceito foi tido como a forma de legitimar um discurso ratzeliano para a elaboração de discursos legitimadores do Estado em geral (Dutra, 2008). Já para Matos (2008), o conceito de território indica que:

São ambientes nos quais se desenvolvem conflitos e processos que dão sentido espacial e econômico à história social da ocupação humana. Representam desafios à gestão governamental, especialmente se pensada de forma integrada e participativa. Entretanto, nos diagnósticos e programas de desenvolvimento econômico de muitos dos planos governamentais levados a cabo durante o século XX, foi comum priorizar os investimentos setoriais e ignorar o espaço como categoria de análise essencial (Matos, 2008, p.141).

Já para Souza (1995), o conceito de território pode ser entendido como “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países-membro da OTAN”. Cabe ressaltar que o poder é balizador desse tema que se apropria deste tema que muitas vezes de forma errônea assume um caráter da utilização da violência como uma forma de explicar o poder de determinado grupo social.

Segundo Dutra (2008), ao abordar a conceituação de território, é inevitável destacar o sentido de poder que pode ser compreendido como uma forma de impor uma vontade à parte mais fraca de uma relação, mediante a possibilidade de aplicar sanções que são aceitas como estratégia de espera por esta parte mais fraca. Na demanda por uma compreensão acerca dessa questão, é crucial salientar que o poder não pode ser analisado sob uma única forma.

Já Haesbaert (2006a) destaca que as questões de controle, do ordenamento e da gestão do espaço público proposto pelo Estado, têm sido sempre centrais nas discussões sobre território, ao dizer que:

Como elas não se restringem, em hipótese alguma, à figura do Estado, e hoje, mais do que nunca, precisam incluir o papel gestor das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras, é imprescindível trabalhar com o território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais (HAESBAERT, 2006, p.52).

A gestão do espaço público é importante para que as políticas públicas sejam materializadas nas relações sociais que são difundidas pelo Estado, que define regras, normas e práticas em ambientes públicos. Cabe destacar que regra e norma se diferem em sua natureza. A regra diz o que deve ou não ser feito, define e qualifica os valores mediante os quais se orientam a distribuição e o movimento dos lugares no espaço, enquanto a norma diz o que deve se, reafirmando e consolidando o que diz a regra. A partir da determinação de normas e regras, grupos sociais que se articulam para utilizar a área pública e também protestar, mostrando que é no espaço público o local de embate e de convivência de grupos sociais presentes em determinada sociedade (Dutra, 2008).

Na visão de Serpa (2007), o espaço público é visto como o espaço da ação política, e também sob o prisma da visão crítica de sua incorporação e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Em uma Unidade de Conservação de uso integral a limitação se dá por meio da imposição de um valor na entrada – quando a

UC adota a cobrança de ingresso – beneficia somente aqueles que são detentores de um certo poder econômico e que desejam consumir aquele espaço. Por mais que seja um ambiente de grande relevância ambiental e comum a todos, as limitações de uso impõem regras que beneficiam a poucos.

Alguns espaços que privilegiam o “consumo do espaço”, se inscrevem na prática da territorialização do espaço”, em que os usuários destes ambientes tornam privativos através de barreiras simbólicas, que muitas vezes são invisíveis.

Haesbaert (2006a) mostra a importância de rever a questão da criação de Unidades de Conservação de uso integral. Para o autor, essas áreas em alguns momentos podem ser vistas como “espaço territorial”, pois são áreas bloqueadas para o uso social. Ao afastar o uso social, surge um novo problema, uma vez que os socialmente excluídos buscam nesses espaços uma reterritorialização. Assim sendo, os socialmente excluídos buscam áreas excluídas pelo governo. Cria-se então um paradoxo, uma vez que esses grupos buscam um “modo de viver” embasado na integração da sociedade-natureza em área que deve ser focada em natureza sem sociedade.

A acomodação das relações sociais é consubstancializada por intermédio das práticas do cotidiano que acarretam no território um poder simbólico de apropriação. Claval (1999) enfatiza que ao tratar da questão do território é necessário notabilizar a demanda da ordem simbólica:

Falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela ação técnica pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham (CLAVAL, 1999, p.11).

Além da questão simbólica, o conceito de território salienta outras categorias e formas de interpretações relevantes para a análise, sendo capaz de distinguir a ordem econômica, histórica, política e inclusive cultural. O que irá justapor uma categoria em correlação a outra será a forma como a sociedade existente naquela área se apropria do território e como esta acompanha o processo de territorialização (Dutra, 2008). É importante verificar o tipo de sociedade presente e o contexto geográfico vivenciado pelo grupo em análise para compreender o desenvolvimento da

territorialização e a formação de territórios diversificados, assim como Haesbaert (2005) assevera que:

Dependendo do tipo de sociedade, do grupo cultural, enfim, do contexto geográfico – sem se falar no contexto histórico, fundamental – a que se refere, seu processo de territorialização se dá privilegiando uma determinada dimensão ou problemática socioespacial. E muitas dessas formas de se relacionar com ou através do espaço vão-se acumulando de maneira diferenciada ao longo do tempo, originando a multiplicidade de territórios hoje existente (HAESBAERT, 2005, p.21).

Para Haesbaert, a ação praticada por grupos sociais dentro daquele espaço vivido, definido por intermédio de afinidades ou conflitos é o que imprime a territorialidade, além de congregar uma proporção mais especificamente política se relaciona com as questões econômicas e culturais, pois está diretamente ligada a maneira como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se sistematizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. Souza e Pedon (2007) *apud* Dutra (2008) afirma que a territorialidade é manifestação deste processo no cotidiano dos atores sociais, pois:

A territorialidade ao mesmo tempo em que expressa a luta pela manutenção da identidade, representa uma forma específica de ordenação territorial. Pois uma coisa está imbricada na outra de forma a dar unidade aos contrários que dão movimento ao processo da formação das identidades territoriais. Pois que, o fato de um indivíduo estar num determinado lugar e em um determinado tempo, faz com que lhe permitem construir seus referenciais com o qual ordena o mundo (SOUZA; PEDON, 2007, p.135 *apud* DUTRA, 2007, p.61).

Na visão de Souza e Pedon, a territorialidade está diretamente ligada à luta pela permanência da identidade, o que está intimamente conjugado à ordenação territorial, pois ambas são indissociáveis e permitem a construção de referenciais que ordenam o mundo, pois a noção de territorialidade se articula com o espaço, com a noção de negociação, de conjugação para confluir as ações. A territorialidade é algo complexo pois estabelece redes de poder, onde ocorre a materialização das relações sociais, culturais, econômicas, ambientais.

O conceito de território atua diretamente na construção histórica da identidade do espaço vivido, que se articula com a paisagem. A construção da identidade se corporifica por intermédio da comunicação, por meio do diálogo e do confronto. A identidade é uma construção histórica e social, ela é relacional, traz consigo o significado social e cultural, que é estabelecido pelas diferenças culturais por sistemas simbólicos de organização (diferença pela natureza) quanto pela desigualdade e exclusão social ou pelos processos interligados entre si.

Para Cruz (2006), como o território é multiescalar, a identidade territorial também é multiescalar, sendo que a consciência socioespacial e sentimento de pertencimento em relação a um espaço de referência identitária podem se dar na escala do corpo ao globo. Assim sendo, o autor considera que:

Para que seja feita a análise da construção da identidade faz-se necessário compreender as experiências espaço-temporais, pois tanto o território como as identidades não são “coisas”, “essências” atemporais, mas processos sociais construídos num tempo histórico e espaço específico, ou melhor, pela combinação de múltiplos tempos específicos em cada lugar e vividos diferentemente por cada sujeito específico (CRUZ, 2006, p.45).

Para Cruz, a identidade é também uma identidade territorial, uma vez que as identidades compreendem as experiências espaço-temporais, pois as identidades possuem localizações sociais, culturais e muitas identidades tem no território seu referencial central.

Já Claval (1999), frisa a importância da identidade na constituição de um território, pois assume uma dimensão geográfica, uma vez que um grupo preocupado em preservar a sua cultura e transmiti-la às novas gerações e que ela não se perca a sua identidade de população tradicional, tende a viver isolado. Nesse sentido, a construção do território faz parte de estratégias identitárias. Desse modo, as palavras de Dutra (2008) elucidam que:

A comunicação entre os atores sociais pode gerar um grau de cooperação ou de conflito dentro do território. Este diálogo é saudável para amenizar as contradições existentes dentro do território estabelecido. Através das discussões fundadas pelos atores sociais é possível articular com o Estado um meio para o ordenamento. O Estado para administrar as reivindicações da população propõe formas de organização estrutural, para manter o funcionamento e autorregulação do território, contribuindo para o processo de ordenamento territorial. O ordenamento territorial é balizado a partir das tensões espaciais imprimidas pela sociedade que necessita de uma regulamentação (DUTRA, 2008, p.63).

Ao debater a estruturação de um território baseado nas práticas sociais, é evidente que o ordenamento territorial demanda por conter e manter os conflitos em limiares administráveis, instituindo, por meio de regras e normas a regulação tendo como base a hegemonia política dos grupos que estão no centro do poder. Tal direcionamento respaldado nas regras impostas pelo governo, criando limites físicos, gera contradições dentro do território, que podem ser minimizadas apoiada por meio das relações de cooperação.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta parte do trabalho tem como base as entrevistas realizadas nos trabalhos de campo e a avaliação do Plano de Manejo. Através deles, foi possível fazer uma análise crítica das informações coletadas visando chegar ao entendimento dos conflitos pesquisados e a partir deles, compreender a percepção dos atores sociais analisados sobre a gestão e da questão fundiária do PNMT.

Para melhor entendimento da dinâmica que permeia o PNMT foi elaborado um sociograma que apresenta os principais atores e suas relações de conflitos.

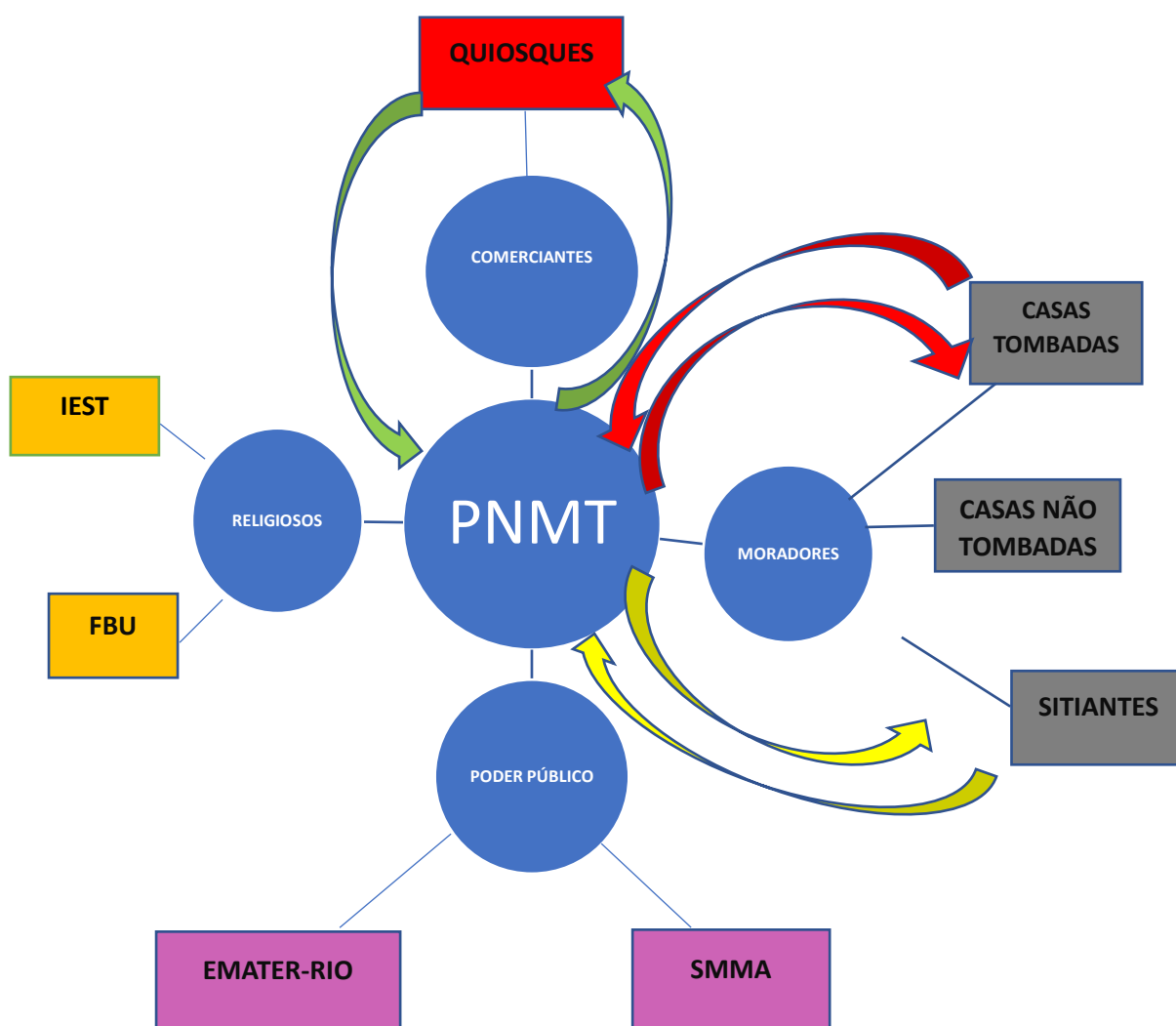
A elaboração do sociograma (figura 9) iniciou-se a partir de um círculo central nomeado com PNMT. A centralidade do território do PNMT é o ponto de referência deste sociograma, pois todas as articulações políticas são realizadas em seu entorno. Os atores sociais e sujeitos se organizam para conseguir manter a unidade territorial. Aos moradores, procurou-se avaliar como estes se organizam para manter o território integrado. Pode-se afirmar que o ponto de ligação de todos os atores sociais é o território do PNMT, o que justifica a centralidade na teia do sociograma. Pensar no território do PNMT como alvo central, contribui para avaliar a posição de cada ator social.

Feita a identificação do território do PNMT como eixo central das relações estabelecidas pelos atores sociais, cabe delinear os grupos formados na representação sociométrica. Com base nas análises que foram feitas no decorrer da pesquisa por intermédio do perfil dos atores sociais, procurou-se agrupar os atores sociais a partir das afinidades e/ou similaridades, dos laços de identidade dos atores estratégicos envolvidos.

Foram definidos quatro grupos, que estão destacados no entorno do círculo central. O grupo dos moradores, está representado pela cor amarela e, foi subdividido em três partes: moradores das casas tombadas, que correspondem às quatro casas oficializadas pelo INCRA; os moradores das casas não tombadas, que correspondem às casas que não foram oficializadas pelo INCRA e que foram construídas antes da criação do Parque e os sitiantes, que precisam passar pela portaria da Unidade de conservação para terem acesso às suas propriedades e, que estão no entorno imediato da UC. O segundo grupo analisado foi do poder público, sendo dividido em

duas partes: a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Territorial Rural do Estado do Rio (EMATER-RIO); o terceiro grupo conta com os religiosos, sedo representados pelo Instituto de Estudos da Taquara (IEST), que é uma organização da Igreja Adventista e a Federação Brasileira de Umbanda (FBU), o último grupo é o representado pelos comerciantes que atuam nos dois quiosques existentes no PNMT.

Figura 9: Sociograma dos principais atores do PNMT



Legenda

→ Nível alto de conflito → Nível médio de conflito → Nível baixo de conflito

Fonte: A autora, 2017.

Procurou-se trabalhar analisando experiências e ações dos grupos sociais identificados no Parque Natural Municipal da Taquara. A abordagem utilizada é descritiva, baseada na análise qualitativa das entrevistas realizadas.

Segundo Machado *apud* Fernandes (1999, p.97), “todos os tipos de experiências, desde as mais estritamente ligadas com o nosso mundo diário, até as que parecem remotamente distanciadas, vem juntos, compor o nosso quadro individual da realidade”, Assim, fazendo-se uma análise do perfil e das formas de atuação dentro do contexto interativo do PNMT, buscou-se identificar e elucidar um quadro de influências visando propor maneiras alternativas e mais eficazes de inclusão social no processo de planejamento e gestão desta UC.

6.1.1 Moradores

Os moradores compõem o grupo com mais variáveis e é, também, o mais complexo. É este grupo que apresenta um nível alto de conflitos, principalmente no tocante à administração do PNMT, conforme foi apresentado no sociograma com esse grupo que os conflitos socioambientais se materializam junto à gestão da Unidade de Conservação. São ao todo, oito casas no interior do Parque e vinte e seis sítios no seu entorno imediato. Das oito casas, quatro são tombadas e oficializadas pelo INCRA e os seus moradores, estão no local desde a década de 1960, os mesmos fizeram parte do projeto de colonização agrícola e eram produtores de diversos gêneros alimentícios, tais como banana, goiaba, a abacaxi, galinha caipira, ovos, entre outros (Plano de Manejo, 2004). Quando, em 1992, houve a criação da UC, foram prometidas as indenizações, porém até a presente data (maio de 2018) o mesmo não foi feito. Trava-se uma grande disputa judicial onde a Prefeitura alega que esses moradores não têm o título de propriedades desses imóveis, mas os moradores dizem o contrário. Segundo dados obtidos na pesquisa por meio das entrevistas, alguns moradores disseram que os mesmos ali permanecem pois estão cancelados por uma liminar e que o processo já se arrasta há cerca de dezesseis anos.

Várias situações conflitantes ocorrem ou já ocorreram, como o caso dos galhos de uma frondosa árvore que já caiu sobre o telhado de uma dessas casas (figuras 10 e 11). Outros galhos ainda ameaçam esta residência. O seu morador

solicitou à administração a autorização para que fosse feita a poda desses galhos. O caso foi encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente, que designou uma bióloga para a devida análise do caso que, por sua vez, encaminhou para a Defesa Civil, que deu ordens de interdição. O fato gerou grande alvoroço entre o morador e a administração do Parque.

Figura 10: Uma das casas tombadas (oficiais do INCRA)



Fonte: A autora, 2017.

Figura 11: Vista lateral da casa junto à árvore



Fonte: A autora, 2017.

São, ao total, 34 imóveis que contam com a estrutura do Parque, principalmente pela passagem obrigatória pela entrada do mesmo. A estrada

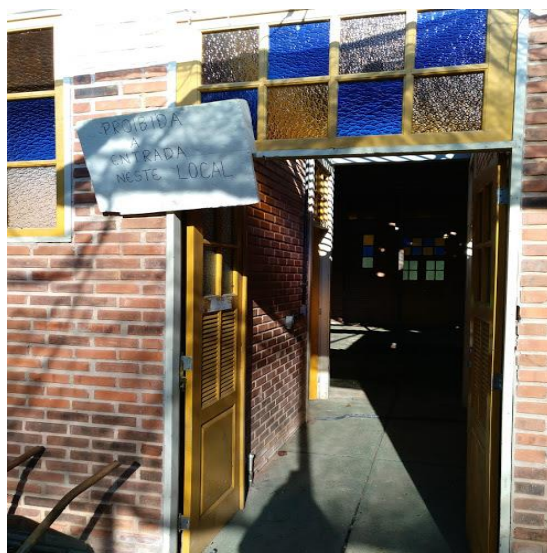
Cachoeira das Dores que faz parte do caminho para a entrada na UC, atualmente encontra-se em péssimas condições, muito esburacada, desnivelada. A noite não tem iluminação. Os moradores relataram durante as entrevistas, que questionam esses problemas e que exigem da administração que sejam tomadas as devidas providências, porém nada foi feito. A sugestão dos moradores é que seja colocado pelo menos pó de pedra na estrada, mas a opção que consideram mais conveniente, é o calçamento por meio de pedras de paralelepípedo.

É muito questionado pelos moradores a falta de controle da entrada dos visitantes/turistas, principalmente durante os finais de semana, pois os funcionários do Parque só estão presentes de segunda-feira a sexta-feira. Nos fins de semana há somente a presença da guarda municipal, porém o número de guardas é insuficiente para fiscalizar e controlar a entrada do fluxo de pessoas, que segundo estimativas da administração da UC, durante o verão chega a quase 5 mil pessoas. A administração estuda a possibilidade de colocação de uma catraca na entrada para limitar o número de pessoas, porém sem a cobrança de ingresso, mas os moradores disseram duvidar se realmente não haverá cobrança de ingresso. Os moradores disseram (em entrevistas) que concordam com a limitação do número de pessoas, mas questionam a questão da catraca, pois na visão deles isso impedirá o direto de ir e vir dos cidadãos.

Outro fato muito questionado pelos moradores é a questão da fiscalização em relação à produção de lixo, da entrada de garrafas de vidro, da entrada de cães, da realização de churrasco. Mas todos concordam que o número de guardas municipais no local é insuficiente e inviabiliza que a fiscalização seja realmente eficaz.

Quanto à avaliação da atual gestão do PNMT é consenso entre os moradores de que a relação melhorou muito em comparação a outras, mas eles acreditam que não ocorre uma gestão participativa, que isso é algo muito distante, até mesmo pelo fato das reuniões do Conselho não serem mais realizadas na sede do Parque. O auditório do Parque não estava em condições de funcionamento e precisou passar por obras, desse modo, há cerca de um ano, que não ocorrem as principais atividades, como as reuniões e as atividades de educação ambiental, pois a estrutura física da construção representava sérios riscos. Inclusive, umas das áreas que ainda não passou pela reforma, encontra-se interditada (figura 12):

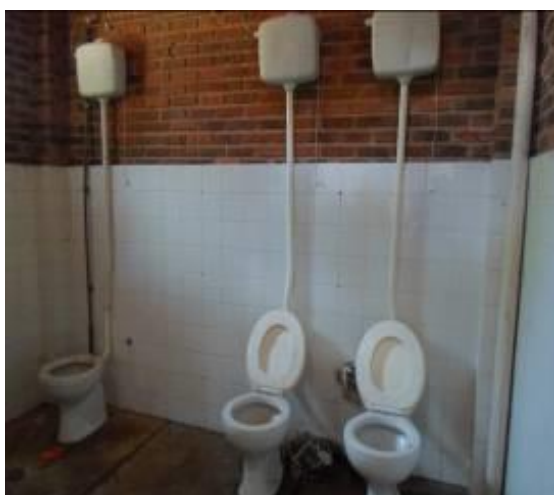
Figura 12: Área da sede do PNMT interdita



Fonte: A autora, 2018

A questão da infraestrutura foi muito criticada pelos moradores e sitiantes, pois eles alegam que da forma como o PNMT encontra-se não há condições para o seu funcionamento. As estruturas estão muito deterioradas, carecendo de obras de manutenção. Há várias placas que necessitam ser trocadas, conforme mostram as figuras 13, 14, 15 e 16 a seguir:

Fotos 13 e 14: Parte interna do banheiro, sujo e mal conservado e parte externa do banheiro sem porta e com pichações



Fonte: A autora, 2018

Fotos 15 e 16: Placa de orientação e caminho



Fonte: A autora, 2018

Um questionamento muito incisivo por parte dos moradores e, que eles não enxergam o Parque como de fato sendo um Parque, pois existem muitas irregularidades segundo a visão deles. Um dos moradores ao responder o questionário, classificou o PNMT como “Parque do inferno”, em função da sua grande insatisfação, pois são grandes os problemas que existem entre moradores e a administração.

Dentre tantos aspectos negativos, um dos moradores elogiou a questão de proibição de atividades religiosas no interior da Unidade de Conservação, pois segundo ele, os despachos das obrigações religiosas traziam sérios problemas à limpeza do local.

Um dos principais pontos de conflitos entre os moradores e a gestão do PNMT é a categoria Parque que foi estabelecida para essa UC. Durante a realização de uma das Oficinas Participativas, que ocorreu durante o mês de novembro de 2016, os moradores e os sitiantes sugeriram que o PNMT passasse por uma recategorização, eles querem uma categoria menos restritiva, que permita a presença de moradores e que fomente o turismo ecológico e rural. Os moradores e sitiantes acreditam que uma categoria menos restritiva irá resolver as questões fundiárias sem onerar a prefeitura e ainda irá gerar mais renda para o município, pois seria possível os sítios voltarem com produção agrícola.

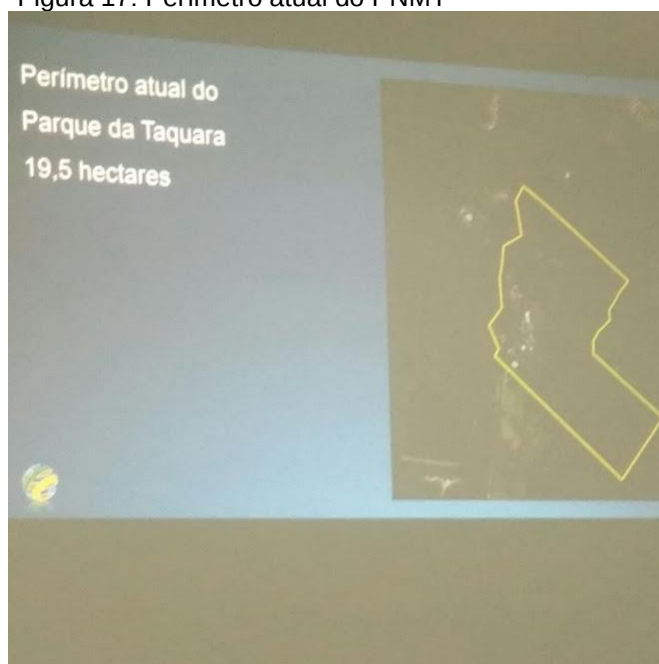
6.1.2 O Poder Público

O Poder Público está em um papel central no tocante aos níveis de conflitos, que foram sintetizados no sociograma. Há representação de conflitos de nível alto, médio e baixo com os diversos atores presentes no PNMT.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias (SMMA) é a responsável pela administração do PNMT. Atualmente a SMMA tem um setor denominado Biodiversidade, que é o responsável pelos projetos de Educação Ambiental e pelas Unidades de Conservação do município de Duque de Caxias, que são quatro: Área de Proteção Ambiental do São Bento (2º distrito), os Parques Naturais Municipais da Caixa d' Água (2º distrito) e da Taquara (3º distrito) e a Reserva Biológica do Parque Equitativa (3º distrito). As quatro UCs estão sob a administração direta do diretor de Biodiversidade, o geógrafo Wilson Leal Boiça.

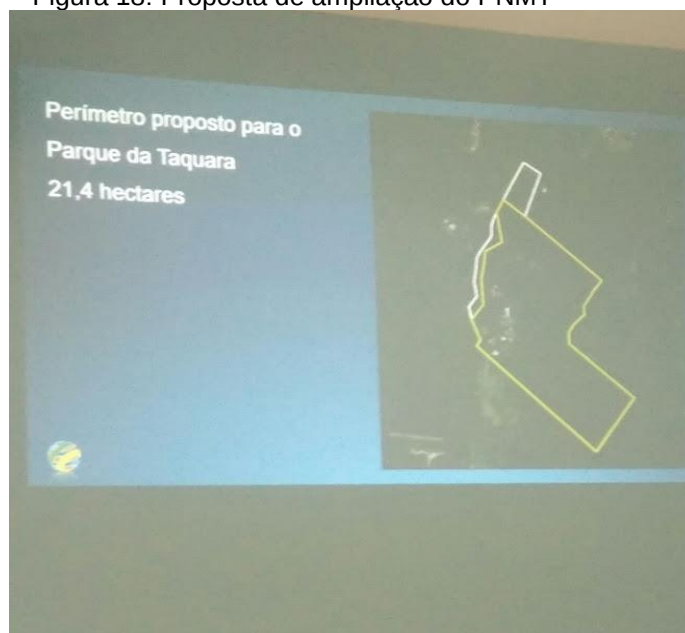
No tocante ao PNMT, em relação ao seu zoneamento, está sendo viabilizada a sua ampliação. Tal fato deve-se à questão das terras que pertenciam à Federação Brasileira de Umbanda, a FBU, que se encontram bem próxima à entrada do PNMT. Com a chegada da fábrica da Coca-Cola ao bairro da Taquara, a área foi adquirida pela empresa que remanejou a FBU para outra área no município de Guapimirim, segundo dados obtidos junto à Secretaria de Meio Ambiente (entrevista para a pesquisa). A fábrica, então resolveu fazer a doação da área que pertencia à FBU para o aumento da área do PNMT. Esse fato foi relatado durante a reunião do Conselho Consultivo, realizada em fevereiro de deste ano (figuras 17 e 18).

Figura 17: Perímetro atual do PNMT



Fonte: A autora, 2018

Figura 18: Proposta de ampliação do PNMT



Fonte: A autora, 2018

O PNMT conta atualmente com quatro funcionários que atuam na função de agentes de apoio, que são responsáveis pela limpeza da sede e das instalações físicas da UC, cuidam da manutenção e do manejo da trilha, são também os responsáveis pelas atividades de Educação Ambiental e pela Fábrica de Florestas. As atividades de Educação Ambiental estão interrompidas a cerca de uma no em função da realização das obras e reparos que estão sendo realizadas na sede do Parque,

somente o projeto Viveiros Escola continua em funcionamento, pois este é realizado na Fábrica de Floretas. A Fábrica de Florestas (figuras 19 e 20) trata-se de um projeto, que além de contribuir para o reflorestamento do PNMT, faz a distribuição de mudas de plantas de espécies da Mata Atlântica, basta que a pessoa, órgão ou empresa que queira alguma muda, vá à SMMA fazer o pedido e com um ofício que será recebido vá ao PNMT retirar as mudas do seu interesse. O projeto Viveiros Escola ensina técnicas de jardinagem e de Educação Ambiental aos estagiários, que são alunos das escolas municipais do bairro da Taquara.

Figura 19: Placa do projeto Viveiros Escola, ligado ao Fábrica de Florestas



Fonte: A autora, 2018

Figura 20: Estufa do Viveiro



Fonte: A autora, 2018

vem ocorrendo são negociações junto aos moradores para que a convivência seja harmônica e sustentável para o Parque, mas os moradores têm, segundo a gestão, reservas, em função de vários acordos que foram descumpridos pelas gestões anteriores.

Quanto ao IEST, a SMMA o considera um sitiante. Poucas vezes ocorreram problemas relacionados à instituição, somente casos pontuais relacionados à captação de água, mas que foram facilmente resolvidos.

Em relação à importância do PNMT para o município de Duque de Caxias, a mesma enxerga que a UC é muito relevante principalmente no que diz respeito à questão hídrica. A água do Parque abastece três bairros do município, mas se não ocorrem ações mais efetivas ao controle de entrada de visitantes, pode acontecer a morte gradativa da competência hídrica do rio Taquara, por essa razão, a SMMA estuda a possibilidade da troca de categoria do PNMT, de Parque para Reserva, que é categoria mais restritiva, pois existe uma grande preocupação com o futuro do rio. Se a mudança de categoria de fato ocorrer, isso poderá gerar um grande conflito com a sociedade civil, pois o PNMT é uma das poucas áreas de lazer do 3º distrito.

6.1.3 EMATER-RIO

A Empresa de Assistência Técnica e Expansão Rural do Estado do Rio (EMATER-RIO) tem um programa denominado Rio Rural, que é um Programa de Desenvolvimento Sustentável em Microbacias Hidrográficas, sua atuação se destaca por intermédio da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio (SEAPAC). A EMATER-RIO, conforme pode ser observado no sociograma, não apresenta nenhum nível de conflito. O Programa visa a promoção da autogestão dos recursos naturais por comunidades rurais através de práticas sustentáveis, contribuir para a redução das ameaças à biodiversidade, para que ocorra a reversão do processo de degradação de terras e para o aumento dos estoques de carbono na Mata Atlântica. Segundo informações presentes no Portal Emater do programa Rio Rural, o programa consiste em:

Metodologia utilizada em microbacias hidrográficas é baseada no planejamento, monitoramento e intervenção. A ideia do Rio Rural é que os agricultores familiares adotem práticas como: preservação de nascentes,

proteção de matas ciliares, conservação da biodiversidade e pastoreio rotacionado. O projeto foi dividido em três fases. A primeira foi iniciada em 2007, com previsão de término em novembro de 2011, com recursos doados pelo Global Environment Facility (GEF), da ordem de US\$ 14 milhões. Abrange 24 municípios, 50 microbacias numa área de 400 mil hectares e beneficia diretamente cerca de 4 mil famílias de agricultores. A etapa seguinte iniciou-se em 2009, com previsão de término em 2015, a partir da contratação de financiamento junto ao Banco Mundial (Bird) no valor de R\$ 80 milhões. A abrangência foi ampliada para 59 municípios, 270 microbacias, em 2,2 milhões de hectares, com 37 mil famílias de agricultores beneficiadas. A terceira etapa deve ter início em 2014, pré-negociada com o Bird, tendo como meta atingir 100% das áreas agrícolas e agricultores do estado, ou seja, 490 microbacias, com 3,5 milhões de hectares e 60 mil famílias de agricultores beneficiadas. Tem como principal objetivo promover a autogestão dos recursos naturais por comunidades rurais através de práticas sustentáveis (PROGRAMA RIO RURAL).

O Rio Rural, inicialmente estaria vigente até o ano de 2015, mas foi ampliado e continua vigorando e foi expandido para outros municípios, como por exemplo, os municípios da Região Metropolitana e Serrana do Rio de Janeiro. Com a ampliação, o município de Duque de Caxias foi contemplado, pois ele faz parte da microbacia do Baixo Saracuruna.

Segundo o engenheiro agrônomo da EMATER-RIO, José Erivaldo que estava presente na reunião do Conselho Gestor de Microbacia (COGEM), realizada no dia 24 de fevereiro de 2018, em um dos sítios do entorno do PNMT, na qual a pesquisadora desta dissertação foi convidada para participar, o Rio Rural é ligado à ECO-92 e, é um programa gerador de clima e água, que disponibiliza recursos financeiros e contribui com o clima para melhorar a qualidade da água.

Os sitiantes que estão no entorno do PNMT atuam na produção de abelhas, de galinha e ovos caipira de raça, horta orgânica, entre outras atividades. Os participantes recebem verbas para o desenvolvimento de suas atividades e também incentivos fiscais, como a compra de automóveis utilitários com taxas de juros reduzidas. As atividades passam por fiscalizações e os produtores recebem treinamento para que o desenvolvimento de suas atividades não provoque poluição da água, do solo e do ar. Uma das ações do Rio Rural é a construção de fossas sépticas para conter a contaminação por esgoto no solo e na água.

Uma das ações do Rio Rural é a realização da Feira Orgânica em Duque de Caxias que ocorre por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca de Duque de Caxias, em que os produtores agrícolas da Taquara e de outras áreas do município participam, gerando assim visibilidade para a agricultura orgânica produzida no município e maior visibilidade aos produtores.

Segundo informações obtidas durante a reunião do COGEN realizada no PNMT, o Programa irá acabar em 2018, mas há a possibilidade de continuidade para o ano de 2019, pois existe verba suficiente para o seu sustento, por de um Fundo Perdido para o COGEM da microbacia do Baixo Saracuruna que equivale a mais de 2 milhões de reais. No Baixo Saracuruna existem três COGENS que dividem o valor do Fundo Perdido, que é patrocinado pelo Banco Mundial.

6.1.4 Os religiosos

Existem dois grupos ligados à religião no entorno do PNMT, que é o Instituto de Estudos da Taquara e a Federação Brasileira de Umbanda. Estes dois grupos, não apresentam níveis de conflitos, pois ambos mantêm a posição de neutralidade.

O IEST é ligado à Igreja Adventista do Sétimo Dia. É uma escola de treinamento para missionários da igreja. Esse grupo religioso que se preocupa em vivenciar questões ligadas à alimentação saudável e integração com a natureza. Trata-se de uma instituição voltada para o estudo e a produção de formas alternativas de alimentação e bem-estar. Fabricam produtos de forma artesanal e orgânica, tais como: biscoitos caseiros, granola, chocolate, pasta de amendoim, doce de banana, farinha de trigo integral e mel. além de desenvolverem ações de educação alimentar e ambiental. Suas atividades foram iniciadas no ano de 2006, e abrem para visitação.

O IEST (figuras 21, 22, 23 e 23) mantém uma relação de neutralidade em relação ao PNMT e desse modo não se envolve nas ações da gestão, como a participação das reuniões do Conselho. A instituição acredita que a área do Parque é muito relevante para o município por ser uma área de remanescente da Mata Atlântica e por ser uma conexão entre o homem e a natureza.

Figuras 22 e 23: Sede o IEST e vista parcial da propriedade



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2018

Figuras 24 e 25: Produtos produzidos no IEST que estão à venda e cozinha



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2018

A Federação Brasileira de Umbanda, sempre foi atuante junto ao Conselho do PNMT, desde a época em que o Conselho era deliberativo. Atualmente, por meio de acordo feito entre a FBU e a fábrica da Coca-Cola, a área da Federação foi remanejada para o município de Guapimirim, porém o seu representante é morador do entorno do Parque e faz parte do COGEM e do Conselho Consultivo da UC.

6.1.5 Comerciantes

Nas instalações do PNMT existem dois quiosques em funcionamento que servem aos frequentadores do Parque. Os comerciantes queixaram-se - durante a realização do Oficina Participativa para a construção do Plano de Manejo que foi realizada durante o mês de novembro de 2016 - da falta de infraestrutura da UC, pois alguns casos de vandalismos têm ocorrido com os quiosques, como a arrombamentos, roubo e destruição de mercadorias. Os fatos segundo eles, ocorrem principalmente durante o verão, quando há um grande número de visitantes no local, ocorrendo, predominantemente, durante a noite. Outro problema enfrentado por esses comerciantes é a entrada de vendedores ambulantes irregulares no Parque o que, segundo eles, é prejudicial aos rendimentos dos quiosques.

Os comerciantes já ouviram muitas reclamações por parte dos frequentadores do PNMT, das péssimas condições em que se encontram os seus banheiros públicos. Pensando em solucionar o problema, eles se reuniram com alguns sítiantes que abrem suas propriedades para a visitação e arrecadaram fundos para adquirirem material de construção e conseguiram mão de obra voluntária para a realização das reformas. Os mesmos levaram o projeto à gestão do PNMT, mas este recusou e, nada foi feito para a melhoria dos equipamentos, segundo relato ocorrido durante a realização da Oficina Participativa.

6.2 Proposições de medidas de mitigação de conflitos e de educação ambiental

A partir dos resultados obtidos, serão propostas aqui, algumas medidas de mitigação dos principais conflitos detectados e ações educativas para a manutenção da biodiversidade local, paralelamente a implementação do uso público, por parte dos diversos atores sociais analisados.

São muitos os problemas que o PNMT vem enfrentando, principalmente os relacionados à questão fundiária. O que a lei preconiza é que as indenizações devem ser realizadas, mas a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, alega não ter como fazê-las. Os moradores por sua vez, acreditam que a mudança da categoria da UC

para outra que seja menos restritiva, como uma RPPN, ou seja, Reserva Particular do Patrimônio Natural seria uma solução viável e que resolveria os problemas fundiários, porém a Secretaria Municipal de Meio Ambiente visando a proteção dos mananciais existentes no Parque planeja uma recategorização da Unidade para uma categoria ainda mais restritiva que a atual, que seria a transformação do Parque em uma Reserva Biológica. Fato que poderá ser o gerador de conflitos ainda maiores, pois envolverá os frequentadores do Parque o utilizam principalmente como um balneário.

Caso o PNMT seja recategorizado para uma Reserva Biológica, o território da área ficará ainda mais tensionado. A proposta desta pesquisa é que área que será anexada ao Parque e que pertencia à FBU seja mantida como restrita, pois nela encontra-se uma área muito importante denominado Poço da Baleia. Outra medida proposta é a instalação de uma catraca para limitar e controlar o acesso dos visitantes, mas que sejam feitas pelo município, campanhas educativas que expliquem as razões pelas quais se faz necessário o controle da entrada no PNMT para que, por meio da Educação Ambiental, a população aprenda e entenda as razões pelas quais se fazem necessárias o controle da entrada de pessoas no Parque.

Existem outras três entradas que foram fechadas para ter apenas uma entrada para o PNMT, mas para que os problemas de convivência com a maior parte dos sitiantes seja resolvida, esta pesquisa propõe a abertura de uma das antigas entradas para que os sitiantes tenham maior liberdade de ir e vir e que não cause tanto impacto para o solo do PNMT, pois com 26 sítios e com o grande fluxos de automóveis e pessoas dentro do Parque ,com a abertura de outra entrada, esse problema seria minimizado. Outra questão que seria resolvida com a abertura de outra entrada seria a questão que causa muito incômodo aos sitiantes que a proibição de entrada de caminhões que realizam entregas, pois quando os sitiantes adquirem, por exemplo um móvel ou eletrodoméstico, o caminhão que realiza da entrega dos produtos não tem autorização para entrar no PNMT, o que gera um grande transtorno, pois o produto deve ficar na portaria até o proprietário poder fazer pessoalmente a retirada.

É urgente que a fiscalização no Parque seja de fato atuante e, para que isso ocorra, faz-se necessário o aumento do efetivo da guarda municipal e também da atuação mais incisiva da Polícia Militar, principalmente durante o período de verão.

Uma ação educativa para o PNMT, seria a confecção de panfletos explicativos sobre o Parque, já que muitos dos frequentadores não o conhece como uma área

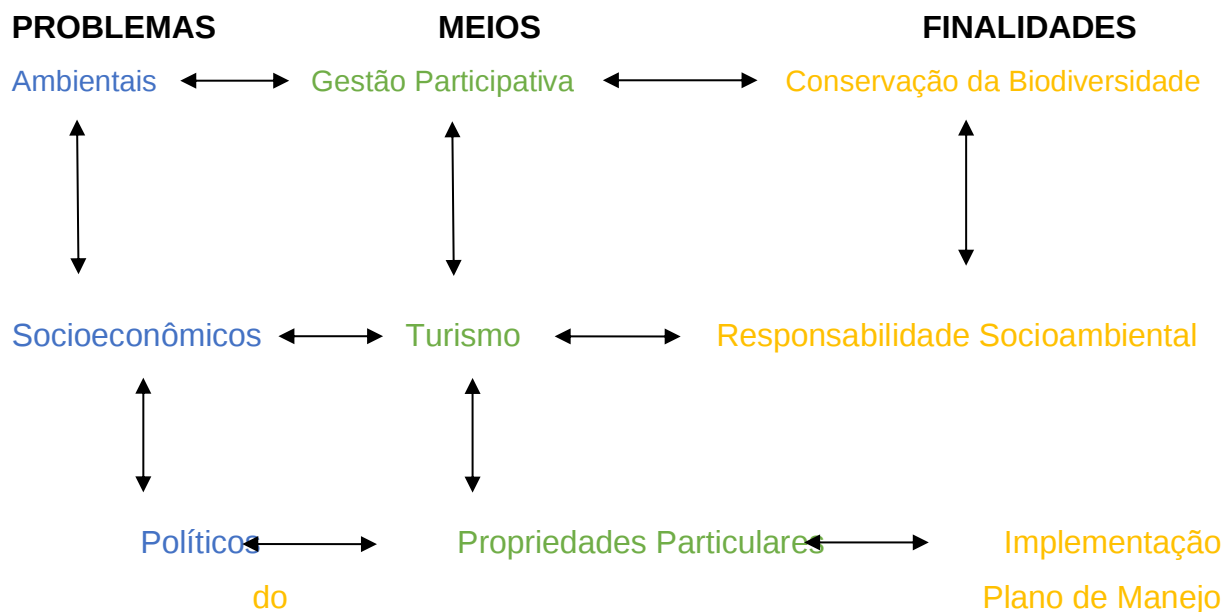
legalmente protegida, muitos deles o denomina como a cachoeira, não tendo a noção de sua real importância. Porém, o Parque é muito mais do que apenas a cachoeira. Isso se deve ao fato da falta de publicidade sobre o Parque e também da falta da Educação Ambiental mais ampla e atuante. Outra ação pontual que pode ser implementada, é a distribuição de sacolas aos visitantes, já na entrada do Parque, para que os mesmos armazenem o lixo que será produzido durante a sua permanência.

O Parque necessita ser divulgado dentro do município, bem como as outras três Unidades de Conservação que existem em Duque de Caxias. Outra ação que traria muitas contribuições para o PNMT, seria buscar parceria junto às Universidades existentes no município, sejam elas particulares ou públicas, pois os saberes científicos e educacionais trarão muitos benefícios, como a atuação na Educação Ambiental, nas pesquisas ligadas à fauna e à flora, melhor manejo das trilhas, desenvolvimento de atividades ligadas ao ecoturismo entre outras ações. Existem em Duque de Caxias, três universidades públicas, a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) localizado no bairro Vila São Luís, o Instituto Federal Fluminense (IFRJ) no bairro Sarapuí e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que fica no bairro de Xerém, além várias universidades privadas como a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO) e a Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). As parcerias com as universidades podem gerar um grande salto qualitativo para o Parque.

Um trabalho conjunto com as escolas do município, mas principalmente as do bairro, sejam elas municipais, estaduais ou privadas. Tal trabalho deve agregar ações de educação ambiental e também voltadas para o turismo, bem como ações de pesquisa.

O esquema abaixo elaborado (figura 25) parte da compreensão dos problemas concretos da população local, apontando três dimensões: ambientais, socioeconômicas e políticas. A análise das mesmas, visa criar formas de conservação da biodiversidade, pautada em valores ambientais, sociais e culturais. Busca-se uma nova articulação entre os atores sociais que seja autêntica e futuramente institucionalizada, e que tenha auto-organização, evitando-se a imposição de modelos inadequados à realidade do PNMT.

Figura 26: Articulação entre problemas, meio e finalidades



Fonte: A autora, 2018 adaptado de Fernandes, 2010.

Na interação homem e natureza existem diferentes tipos de relacionamentos, variando segundo os grupos sociais que possuem distintos interesses, necessidades, valores e objetivos, tais como moradia, trabalho, turismo, gestão etc. Esses relacionamentos foram classificados e divididos em categorias.

Essa abordagem perceptiva busca averiguar, da forma mais adequada possível a realidade investigada, de acordo com os significados atribuídos por cada indivíduo de maneira mais precisa possível. Assim, serão discutidas cada categoria estudada, correspondente às questões abordadas pela entrevista (APÊNDICES).

Foram garantidos o rigor científico, a transparência e a honestidade com todos os colaboradores desta pesquisa, onde foram analisadas e consideradas todas as visões, sendo este um caminho indissociável da metodologia. Por questões éticas e visando o não constrangimento dos colaboradores por serem tratadas questões polêmicas, foi garantido o sigilo da identidade dos mesmos. Várias questões foram deixadas em aberto, a fim de permitir discussões espontâneas.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação alcançou seus principais objetivos, no que concerne a identificação e análise dos conflitos existentes no Parque Natural Municipal da Taquara. O PNMT, assim como muitas Unidades de Conservação brasileiras, passa por conflitos de várias naturezas, em função da falta de recursos financeiros, somado à ínfima fiscalização e a falta de inserção social no processo de manejo da área protegida. Tudo isso é reflexo da falta de uma política prioritária seja em nível, nacional, estadual ou municipal, no tocante à conservação aliada à inclusão social.

A falta de plano de manejo e/ou de sua atualização, planejamento administrativo, limites adequados e/ou indefinidos, fiscalização inadequada, falta de definição de uma metodologia de implantação de Unidades de Conservação, entre outro, agravam a situação conflituosa. No PNMT o conflito de nível alto é entre os moradores e a administração, o de nível médio dá-se entre o PNMT e os sitiantes e os conflitos de nível baixo ocorrem entre o PNMT e os comerciantes.

Infelizmente, o PNMT conta com vários desses problemas, tais como: infraestrutura física que necessita de obras e reparos; falta de fiscais e analistas; falta de infraestrutura mais adequada; diálogo mais eficiente entre os moradores e a gestão; falta de um projeto de educação ambiental para os visitantes e a população do seu entorno; falta de transporte para os funcionários; a falta de uma entrada independente para os sitiantes. Tudo isso tem favorecido o acirramento de conflitos no interior da unidade, comprometendo a proposição de alianças que possibilitem a conservação.

No PNMT, há o comprometimento dos corpos hídricos em função da inexistência do controle da entrada dos visitantes e da falta de fiscalização dos mesmos. A fiscalização ambiental é insuficiente e, o turismo ocorre de forma desordenada, o que compromete a qualidade ambiental do ecossistema. No território do Parque, há questões fundiárias que parecem insolúveis com processos que se arrastam na justiça há cerca de 16 anos, onde moradores e a gestão não se entendem.

Por meio das entrevistas e relatos obtidos dos atores sociais ao longo da pesquisa, constatou-se que as divergências são bem acirradas. Cabe ressaltar que há grande necessidade de efetivo diálogo para que se possa estabelecer uma gestão de fato participativa no Parque.

Para a atualização do Plano de Manejo, que data do ano de 2004, foi contratada uma empresa, mas por ter sido entregue com muitos problemas e inconsistências, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) exigiu que fossem feitas correções, porém não foram feitos de modo satisfatório, obrigando a SMMA a acionar a empresa contratada judicialmente para que o documento contratado seja de fato entregue. O que se espera, ao final deste processo, que o Plano de Manejo tenha um zoneamento consistente e que atenda às reais necessidades e demandas da UC, e que não seja um instrumento burocrático e de difícil aceitação. Ele deve favorecer as bases do planejamento dessa unidade e possuir regras claras que contribuam para que o PNMT atinja os objetivos pelos quais foi criado.

O Conselho do PNMT deve ser um autêntico fórum de articulação local, em que a participação deve ser incitada, legitimada e, sobretudo, garantida, com reivindicações atendidas.

Os conflitos entre os moradores e a gestão do Parque seriam facilmente resolvidos se o processo de indenizações fosse feito, mas como o mesmo não é feito, a situação tende a perdurar, quanto aos sitiante, o meio mais eficaz seria a abertura de uma entrada de acesso independente da entrada do PNMT. Já em relação aos comerciantes, a medida seria uma parceria entre eles e a gestão do Parque, onde fosse repassado um pequeno percentual das vendas para a manutenção do local.

Para uma gestão positiva, cabe a união de esforços entre os atores conflitivos e o PNMT, pois todos querem que o Parque exista e funcione. A volta do Conselho Participativo seria uma solução prática e viável, uma vez que contaria com a ação, participação e fiscalização de todos os agentes envolvidos.

O Parque necessita de manejo e sinalização das trilhas, bem como de placas indicativas nas suas proximidades, uma área sugestiva, seria na Rodovia Washington Luís, nas imediações do bairro Santa Cruz da Serra, bem como na Avenida Automóvel Clube e no bairro Taquara, para que os visitantes possam localizá-lo com mais facilidade. A estrada Cachoeira da Dores necessita de melhorias, pois é o acesso direto ao Parque, bem como uma iluminação eficiente, o que traria segurança os moradores, funcionários, sitiante e também aos visitantes.

A criação de uma logomarca para o Parque traria uma identidade. Ela poderia ser explorada na confecção de suvenires da Unidade de Conservação, bem como para trabalhar com projetos de Educação Ambiental junto às escolas.

Outra ação positiva seria a compilação de trabalhos e publicações científicos sobre o PNMT e também sobre as outras UCs que existem no município, assim seria possível a divulgação científica e também a promoção das áreas. Tal publicação poderia ser distribuída às escolas para que os alunos do município saibam que há ciência e pesquisa feitas em Duque de Caxias e que os mesmos tenham o despertar para a importância da ciência.

O PNMT é uma área de grande importância ambiental e necessita do destaque que lhe é merecido.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, P.; FADEL, S. **O Parque Natural Municipal da Taquara: Análise Histórico-Ambiental de Uma Unidade de Conservação da Baixada Fluminense.** In: Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço – Duque de Caxias/RJ v. 1, n. 1 (2012). Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/4355>. Acessado em 10/01/2017.
- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais revelam onde o desenvolvimento emperra.** Justiça ambiental, v. 1, n.2, p.2-3, nov. de 2003.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Áreas de preservação permanente e unidades de conservação** In: _____ Direito ambiental. 10. ed. Revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007. p. 553-614.
- _____. **Áreas protegidas e propriedade constitucional.** São Paulo: Atlas, 2011.
- BRASIL. Decreto Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Poder legislativo, Brasília, DF, 22 de agosto de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm
- _____. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais**, p. 85 – 102. In: SERRANO, Célia M. T.; BRUHNS, Heloísa T. (orgs). Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente. – Campinas, SP: Papirus, 1997 (Coleção Turismo).
- _____. **O mito moderno a natureza intocada.** 4. ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2004.
- _____. **As populações humanas em áreas naturais protegidas da mata atlântica.** Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 1996, p. 1-18. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/ConflitosnaMataAtlantica.pdf>.
- DUTRA, F.F. **Ensaio sobre os atores sociais no contexto das políticas públicas ambientais: o exemplo da Ilha Grande no estado do Rio de Janeiro.** Programa

de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2013.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação**. Educar em revista, n. 16, 2000, p. 181-191. Universidade Federal do Paraná. Paraná. Brasil. p. 3-4.

ESPASANDIN, Maria Izabel Souto. **Preservação da Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro e os corredores ecológicos: ações e projetos**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

FERNANDES, Paula Vergne. **O lugar do homem na natureza, a natureza do homem no lugar: gestão e conflitos no Parque Nacional do Itatiaia – RJ**, 190 p. Dissertação de mestrado em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

FONTES, C. F.L. **Análise dos conflitos socioambientais na área de proteção ambiental de Cairuçu (Paraty – RJ)**. Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2013.

FLORIANO, Eduardo Pagel. **Planejamento Ambiental e Avaliação de Impactos Ambientais**. São Gabriel: [s.n.], 2017. 158 p.

HAGUETTI, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

JORDÃO, R. S. **A pesquisa-ação na formação inicial de professores: elementos para a releção**. GT: Formação de Professores. N. 08. Agência Financiadora: FAPESP: 2004. p.3.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Gestão participativa do SNUC**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. — Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 205p.— (Áreas Protegidas do Brasil, 2)

HASSLER, M. L. **A importância das unidades de conservação no Brasil**. In: Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, n. 17 (33), dezembro: 2005. p 79-89. Disponível em: www.sociedadenamezura.ig.ufu.br/viewissue.php?id=6. Acessado em: 09/01/2017.

IBGE. **Histórico de Duque de Caxias**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=330170. Acessado em 10/01/2017.

LOUREIRO, F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N.(orgs). **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase e Ibama, 2003.

LUCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

- MAZZEI, K., COLESSANTI, M.T.M., SANTOS, D.G. dos. **Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer**. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, n.19(1), junho:2007.p.33-43. Disponível em: www.sociedadennatureza.ig.ufu.br/viewissue.php?id=10. Acessado em: 11/12/2016.
- MELLO, M. P. de. **Políticas públicas ambientais no Brasil: teoria e prática**. In: MADEIRA FILHO, Wilson. Direito e justiça ambiental. Niterói: PPGSP – Programa de pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2002. p. 287-294.
- MORSELLO, Carla. **Unidades de conservação públicas e privadas: uma visão mundial e brasileira**. In: ____ Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. p. 21- 63.
- SIMON, A. **Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca**. Niterói, 240 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade Federal Fluminense: 2003.
- TERRA, E., De NICOLA, J. **O Arcadismo em Portugal e no Brasil**. In: Português de olho no mundo do trabalho: volume único. São Paulo: Scipione, 2004, p.381-387.
- _____. **O Romantismo – A poesia em Portugal e no Brasil**. In: Português de olho no mundo do trabalho: volume único. São Paulo: Scipione, 2004, p.388-399.
- VARGAS, M.G. **Conflitos sociais e socioambientais: proposta de um marco teórico e metodológico**. Disponível em: www.anppas.org.br. Acessado em: 15/01/2017.

APÊNDICE A - Questionário aos moradores/sitiantes

LEVANTAMENTO SOCIAL		
ENTREVISTADORA: SHEILA SILVA DA COSTA FERNANDES		
DATA:		
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO		
Nome:		
Sexo: Feminino () Masculino () Idade:		
Cargo/Profissão:		
Escolaridade:		
Órgão/Instituição:		
E-mail:		

Dinâmica de ocupação () Morador () Sitante

- 1) Há quanto tempo mora no PNMT?
- 2) Como adquiriu a propriedade? () Compra () Doação () Herança () Aluguel
- 3) O que você entende como Parque?
- 4) O que você entende como uma Unidade de Conservação?
- 5) Mora no entorno ou no interior do PNMT? Como você pode constatar isso?
- 6) Conhece o Plano de manejo do PNMT? Quais são as informações mais relevantes que tem conhecimento?
- 7) Participa do conselho consultivo? Sim () Não () Se participa, explique a dinâmica do Conselho.
- 8) O que você entende por gestão participativa do Parque? Ela ocorre no PNMT?
- 9) Como você se vê como agente de conservação dos recursos naturais do Parque? Justifique.
- 10) Como você avalia a gestão do Parque?
- 11) Para você, quais são os pontos positivos e os negativos existentes no interior do PNMT?
- 12) Qual a importância/relevância do PNMT para o município de Duque de Caxias?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aos Conselheiros

LEVANTAMENTO SOCIAL		
ENTREVISTADORA: SHEILA SILVA DA COSTA FERNANDES		
DATA:		
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO		
Nome:		
Sexo: Feminino () Masculino () Idade:		
Cargo/Profissão:		
Escolaridade:		
Órgão/Instituição:		
E-mail:		

- 1) Há quanto tempo participa do Conselho Consultivo do PNMT?
- 2) Quais são os pontos positivos e negativos do Conselho Consultivo em relação ao PNMT?
- 3) Como o Conselho contribui para o bom andamento do Parque?
- 4) Quais são as principais ações do Conselho?
- 5) Para você, quais são os pontos positivos e os negativos existentes no interior do PNMT?
- 6) O que você entende por gestão participativa de uma UC?
- 7) A gestão participativa ocorre no PNMT? Justifique.
- 8) Qual a importância/relevância do PNMT para o município de Duque de Caxias?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas aos funcionários do PNMT

LEVANTAMENTO SOCIAL		
ENTREVISTADORA: SHEILA SILVA DA COSTA FERNANDES		
DATA:		
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO		
Nome:		
Sexo: Feminino () Masculino () Idade:		
Cargo/Profissão:		
Escolaridade:		
Órgão/Instituição:		
E-mail:		

- 1) Há quanto tempo trabalha no PNMT? () Concursado () Contratado
() Terceirizado
- 3) Qual sua função no PNMT?
- 4) Quais são os pontos positivos e os negativos do PNMT?
- 5) Qual a importância/relevância do PNMT para o município de Duque de Caxias?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevistas à Gestão

LEVANTAMENTO SOCIAL
ENTREVISTADORA: SHEILA SILVA DA COSTA FERNANDES
DATA:
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
Nome:
Sexo: Feminino () Masculino () Idade:
Cargo/Profissão:
Escolaridade:
Órgão/Instituição:
E-mail:

- 1) Há quanto tempo faz parte da gestão do PNMT?
- 2) Tem experiência anterior na administração de uma UC? Qual? Como foi sua atuação?
- 3) Como é a estrutura administrativa do PNMT?
- 4) O Plano de Manejo e o zoneamento atendem às necessidades do PNMT? Justifique.
- 5) Quais são os principais usos do PNMT?
- 6) Como é a atuação do Conselho no PNMT?
- 7) Sabe o que é Gestão Participativa? O que pensa sobre a aplicabilidade dela no PNMT?
- 8) O PNMT é utilizado como instrumento efetivo gestão participativa e democrática? Justifique.
- 9) A população participa do processo de gestão do Parque? Explique.
- 10) Como conseguir uma gestão ideal para o Parque?
- 11) O que tem sido feito para administrar a situação fundiária existente no PNMT?
- 12) Como é a relação que o PNMT mantém com seus moradores?
- 13) O Parque fez/tentou ou faz/tenta algum tipo de acordo com os moradores? Quais?
- 14) Qual(is) alternativa(s) pensa(m) ser viável(is) para o(s) conflito(s) existente(s) com os residentes?

- 15) Qual é a relação do PNMT com o IEST (Instituto de Saúde e Educação da Taquara) e com a FBU (Federação Brasileira de Umbanda)?
- 16) Como tem sido a experiência e a relação do Parque com a empresa Coca-Cola?
- 17) Qual a importância/relevância do PNMT para o município de Duque de Caxias?

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista aos Religiosos IEST (Instituto de Saúde e Educação da Taquara) – Igreja Adventista

LEVANTAMENTO SOCIAL
ENTREVISTADORA: SHEILA SILVA DA COSTA FERNANDES
DATA:
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
Nome:
Sexo: Feminino () Masculino () Idade:
Cargo/Profissão:
Escolaridade:
Órgão/Instituição:
E-mail:

- 1) Há quanto tempo a instituição existe no entorno do PNMT?
- 2) O que você é um Parque?
- 3) O que você entende como uma Unidade de Conservação?
- 3) O IEST conhece a história de criação do PNMT? () Sim () Não
O que sabe?
- 4) Como o IEST utiliza o PNMT? Qual sua importância para a instituição?
- 5) Qual é a relação do IEST com a administração do PNMT?
- 6) O IEST participa do Conselho Consultivo?
- 7) Quais são os pontos positivos e os negativos do PNMT?
- 8) Qual a importância/relevância do PNMT para o município de Duque de Caxias?